

ATA DA 757ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO, REALIZADA NO DIA 29 DE ABRIL DE 2024.

1) DATA E PRESENÇA

Dia vinte e nove de abril do ano dois mil e vinte e quatro, em segunda convocação, às vinte horas, tendo assinado a lista de presença cento e oitenta e dois Conselheiros.

2) MESA DIRETORA

Presidente:	Guilherme Domingues de Castro Reis
Vice-Presidente:	Ricardo Luiz Iasi Moura
Primeira Secretária:	Berenice Gazoni
Segunda Secretária:	Karim Christine Donatelli Di Tommaso Latorre
Terceira Secretária	Maria Emília Alves Rocha dos Santos

3) ABERTURA DOS TRABALHOS

Presidente – Havendo quórum regimental, declarou instalada a reunião. Em seguida, determinou a execução do Hino do Esporte Clube Pinheiros (letra e música do saudoso Associado Francisco Roberto Pignatari).

- É executado o Hino do Esporte Clube Pinheiros

4) EXPEDIENTE FORMAL

Presidente – Submeteu ao referendo do Plenário decisão tomada pela Mesa do Conselho, seguindo procedimento adotado em reuniões ordinárias anteriores, no sentido de que nesta reunião seriam suprimidos os itens “A Voz do Conselheiro” e Várias, e apreciados, exclusivamente, os itens 1 e 2 da Ordem do Dia.

Vanessa Pasquini De Rose Ghilardi – Discordou, seguida de outros Conselheiros que se manifestaram no plenário. Referiu que havia um protocolo com 1.500 assinaturas, motivo pelo qual o item “A Voz do Conselheiro” deveria ser mantido.

Presidente – Informou que estava submetendo a matéria à apreciação do Plenário. Como o Plenário, em sua larga maioria, havia referendado a decisão da Mesa, prosseguiria com a reunião.

Vanessa Pasquini De Rose Ghilardi – Questionou se havia quórum para deliberação, mas o Sr. Presidente esclareceu que sim e que a matéria já tinha sido aprovada por maioria.

Vanessa Pasquini De Rose Ghilardi – Consignou o seu protesto, pedindo, inclusive, que houvesse uma sanção por essa moção, aduzindo que estava ali representando 1.500 associados.

Presidente – Respondeu que respeitava a posição da oradora, com o que discordou a Conselheira. Finalizou o assunto, dizendo que se tratava de uma tradição desta Casa em reuniões dessa natureza, que submeteu a questão ao Plenário e assim fora decidido.

Vanessa Pasquini De Rose Ghilardi – Insistiu, dizendo que havia chegado às 17:58 horas para se inscrever e falar no item "A Voz do Conselheiro", então queria que fosse apreciado pelo Conselho. Aduziu que demorou dois anos para chegar aqui e falar sobre isso no Conselho. Pediu, ainda, fosse realizada votação nominal.

José Manssur (fora do microfone) – Sugeriu que fossem apreciados o Expediente formal e os itens 1 e 2 da Ordem do Dia e, se por ventura houvesse tempo suficiente, já que a reunião deve terminar à meia noite, fossem apreciados os itens "A Voz do Conselheiro" e Várias.

Vanessa Pasquini De Rose Ghilardi – Respondeu que não queria submeter a vontade do associado "à malícia de Conselheiros que vão ficar enrolando, falando."

José Manssur (fora do microfone) – Disse que não era o caso.

Presidente – Esclareceu que ninguém aqui tem esse propósito.

Vanessa Pasquini De Rose Ghilardi – Reiterou que ficaria aqui hoje e gostaria de falar. Que demorou dois anos para vir aqui falar.

José Manssur (fora do microfone) – Explicou que havia feito uma proposta intermediária.

Vanessa Pasquini De Rose Ghilardi – Reiterou que fazia questão de falar.

Alexandre Perrone Lomonaco – Sugeriu que os pedidos apresentados pela Conselheira, de que a matéria fosse votada e de que fosse realizada votação nominal fossem submetidos ao Plenário, porque ficar discutindo apenas não resolveria.

Vanessa Pasquini De Rose Ghilardi – Disse que se pudesse falar por cinco minutos não faria questão de votação nominal.

Presidente – Perguntado, respondeu ao Conselheiro Maurício Fanelli de Brito Vianna que disponibilizaria o keypad para que os Conselheiros que faziam parte da Diretoria e tinham sido reintegrados ao Conselho pudessem votar o quesito (uma vez que não o tinham recebido na entrada da reunião por estarem impedidos de participar da votação do item 2).

José Manssur (fora do microfone) – Lembrou que há previsão regimental de voto simbólico (sentar-se e levantar-se).

Presidente – Informou que consultaria o Plenário pelo voto simbólico.

Vanessa Pasquini De Rose Ghilardi – Reportou que não pode comparecer à última reunião, pois estava febril. Que na ocasião foi feita uma projeção acerca da laje do Tênis e gostaria de falar sobre isso no item “A Voz do Conselheiro”, tinha o seu direito.

Presidente – Respondeu que a matéria seria votada.

Paulo Roberto Antunes – Ponderou que se entrassem os Diretores que não foram convocados teria mais gente junto, porque eles não tinham sido convocados para a reunião.

Presidente – Respondeu que os Conselheiros reintegrados tinham sido convocados, e estavam impedidos para votar somente no item 2 da Ordem do Dia.

Paulo Roberto Antunes – Entendeu e pediu desculpa.

Presidente – Claro. Passando à votação, consultou o Plenário se concordava com a decisão da Mesa do Conselho, de suprimir os itens Voz do Conselheiro e Várias nesta Reunião Ordinária.

Vanessa Pasquini De Rose Ghilardi – Comentou que é a terceira vez que sua fala na Voz do Conselheiro é anulada de alguma forma. Duas outras vezes que deixou a papelada com o Presidente, os Conselheiros não receberam. E fazia questão de falar na Voz do Conselheiro hoje.

Presidente – Agradecendo a intervenção, esclareceu que era necessário acatar a decisão da maioria do Conselho, que entendeu referendar a deliberação da Mesa. Prosseguindo, submeteu ao plenário, tendo sido aprovadas, as seguintes proposições: votos de pesar: 1) de iniciativa da Mesa do Conselho: a) pelo falecimento do Sr. Rui Kalassa Silva, pai do Conselheiro Igor Gallo Kalassa; b) pelo falecimento do Desembargador Roberto Mendes Freitas, pai da Conselheira Ana Lúcia Freitas Schmitt Corrêa, Presidente da Comissão Permanente Jurídica; c) pelo falecimento da Associada Veterana Vicentina Maria Trebilcock De Luca, esposa do Associado Paulo Bernardo Tavares De Luca e mãe do Conselheiro José Luiz Trebilcock Tavares De Luca, do ex-Conselheiro Fábio Trebilcock Tavares De Luca, da Associada Maria de Lourdes Trebilcock Tavares De Luca e do Associado Guilherme Trebilcock Tavares De Luca, subscrita pelo Conselheiro Benedicto Dias Ramos Neto; d) pelo falecimento da Associada Laura Ferreira Leite Mota e Silva, mãe do Conselheiro Raul Leite Mota e Silva, Diretor de Área Social, comunicando sobre o velório e sepultamento; 2) de autoria do Conselheiro Carlos Roberto Sá de Miranda Bório, pelo falecimento do Sr. Luiz José Carlos Sigolo; 3) de iniciativa do Conselheiro Luiz Eduardo Fernandes, pelo falecimento do Associado Ary Castro Delgado; e, 4) proposto pelo Conselheiro Paulo Augusto Freitas Pinto, Diretor Adjunto de Tênis Infante-Juvenil, pelo falecimento do Associado Dr. Antônio Carlos de Moura Cunha; em seguida tendo sido observado um minuto de silêncio em memória dessas pessoas queridas. Votos de louvor: 1) propostos pela Conselheira Maria Angélica Leite de Souza e pelo Conselheiro Luiz Eduardo Fernandes, ao associado Carlos Roberto Pinto Monteiro, reeleito Presidente da Fundação Cultural do Exército Brasileiro; 2) de iniciativa do Conselheiro Marco Antonio Senise Geretto, às atletas pinheirenses Nicole Arena Lellis Vieira, Catarina Escobar Sarra e Lara Camargo Mendes, que compõem a Seleção Brasileira de Polo Aquático Sub-16, pela conquista do Campeonato Sul-Americano da categoria; 3) de autoria do Conselheiro Carlos Roberto Sá de Miranda Bório, congratulando-se com a atleta associada Krista Koberle Fuldauer, por ter batido o recorde paulista na Natação, categoria 80+.

Primeira Secretária – Informou que a Diretoria enviou carta ao Conselho (DI. 275/2024), que está à disposição para consulta na Secretaria, comunicando alterações em sua composição até maio de 2025; e, que, em razão das alterações havidas, ficou assim constituída a partir de 25/04/2024: Assessor de Planejamento - Rodrigo Ferreira Lara, Diretor Área Administrativa - João Luís

Gagliardi Palermo, Diretor de Área Jurídica - José Luiz Toloza Oliveira Costa, Diretor de Área Financeira - Gervásio Angelo Teixeira, Diretor de Área Cultural - Antônio Carlos Foschini, Diretor de Área Social - Raul Leite Mota e Silva, Diretor de Área de Marketing Institucional - Roque Antônio Horta de Ferreira Mendes, Diretor de Área de Marketing Esportivo - Gilberto Ratto Ferreira Leite, Diretor de Área de Esportes Coletivos e Raquetes - Fábio Prado Ferraro, Diretor de Área de Esportes Individuais e Aquáticos - Marcos Macedo Maynard Araújo, Diretora de Área de Relações Esportivas - Fernanda Fonseca Themudo Wissenbach, Diretora de Área de Esportes Associativos - Maria Cristina Machado de Araújo, Diretor de Área de Operações - Dante Boccuto Junior, Diretor de Área de Patrimônio - Gerson Aguiar de Brito Vianna, Diretor de Área de Restaurantes - André Novaes Patury Monteiro e Diretor de Área de Relações Institucionais - Gilberto Maria Rossetti.

Pronunciamentos:

Presidente – Senhoras e Senhores. Considerando que a próxima reunião plenária, prevista para o dia 27 de maio, destinar-se-á às eleições do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho Deliberativo, Membros da Comissão de Sindicância, Membros da Comissão Permanente de Processamento e Julgamento e de Presidentes das demais Comissões Permanentes para o biênio 2024/2026, permitam-se transmitir às Senhoras Conselheiras e aos Senhores Conselheiros, aos Diretores, aos Associados aqui presentes, palavras de agradecimento e gratidão pelo convívio nestes quase dois anos. Foi um período de muito trabalho e dedicação, e esperamos ter honrado a investidura que essa Casa nos confiou, não com o mesmo brilhantismo de nossos antecessores, mas certamente com o mesmo respeito à história deste Plenário que aprendi a cada vez mais admirar. Gostaria, também, de fazer um agradecimento especial aos membros da Mesa do Conselho, e aos colaboradores do Conselho Deliberativo que durante este período nos auxiliaram com grande presteza e competência cada qual desempenhando suas atividades, suas tarefas. Aqui, o meu muito obrigado a todos vocês. Muito obrigado. Com relação às eleições do dia do 27 de maio próximo, devo comunicar que a Conselheira ou o Conselheiro que eventualmente não estiver adimplente perante o Clube não poderá votar, tal como já decidido por esta Casa em pleitos anteriores, na esteira inclusive de uma aplicação analógica do “caput” do Art. 4º, do Regimento para Eleição Parcial do Conselho Deliberativo. Nessas condições, fica deliberado que somente terão direito a voto, na Reunião Ordinária do dia 27 de maio de 2024, as Conselheiras e os Conselheiros que se encontrem em dia com suas contribuições sociais e outros débitos, até os vencidos pelo menos no mês anterior ao da eleição ou seja, abril de 2024. Desde logo, autorizo a Secretaria do Conselho Deliberativo a fazer as

consultas necessárias junto à Diretoria, visando a observância desta decisão. Comunico que no dia 27 de maio haverá um caixa disponível no Fitness para pagamento e ficará aberto até às 20:00 horas.

José Manssur – ... Íncrito Sr. Presidente, o voto é de júbilo, o fundamento do voto está albergado no Art. 36, inciso IV, do Regimento desta Casa. A emoção do momento sinto, está superando as minhas próprias forças, mas em missão superior e sei quem ma deu, devo continuar e espero concluir. Trinta e seis anos, desde 1988, como primeiro mandato de Conselheira honrou esta Casa de forma exemplar. Pude com ela conviver ao longo de todo este tempo, Sr. Presidente, quer no Plenário, quer nos singelos quatro mandatos, perfazendo sete anos e meio que tive a honra de me assentar na mesma cadeira que V.Sa. dignifica. Ao longo deste tempo, em comparável brandura com que se manifestava, a suavidade de sua fala quando se fazia necessário aplacava até aqueles um pouco mais impacientes com a discussão. Senhoras e Senhores Conselheiros, aqui não há Conselheiras ou Conselheiros antigos, há sim Conselheiras e Conselheiros experientes. Na verdade, ouvia isto hoje: o mar também é antigo, mas ele não poder seu gigantismo. O Sol é antigo e nos aquiesce. A Lua também o é e nos ilumina. O amor é perene e nos inspira. A Terra também o é e nos dá a vida. Senhoras e Senhores Conselheiros, a pessoa a quem ao final vou me referir tem hoje o término de sua última legislatura e digo-lhes com muita emoção, àquelas Conselheiras e aos Conselheiros que certamente aqui permanecerão ao longo dos anos e permanecerão porque tem capacidade e competência todas e todos, sem exceção, para aqui representar o corpo associativo. Quando encontrardes, Conselheira ou Conselheiro do porte daquela a quem endereço o voto de júbilo, não hesiteis em sentar-se ao lado dele ou dela e se aconselhar, porque são fontes de saber e de experiência. Quisera estivesse ela aqui para que simbolicamente lhe pudesse beijar as mãos. Este voto de júbilo endereço à ínclita Conselheira Dulce Arena Avancini,... ...com absoluta certeza – As palmas agradeço em nome dela, porque a ela são endereçadas – a sua amizade é como trazer um pedaço do céu para aqueles que se distinguiram em tê-la sempre ao lado, escrevendo-me a mim e a minha esposa cartas quando aqueles olhos azuis penetrantes me consolavam e me inspiravam a prosseguir na tarefa que as senhoras e os senhores me confiaram. O voto é este, Sr. Presidente, de júbilo. E vou deixar uma reflexão a V. Sa. e à digna Presidência. O Art. 6º, do Regulamento Geral, em seu inciso I, primeira parte, é uma reflexão, Sr. Presidente, estabelece que o Clube se constitui de várias e notáveis categorias de associados. Uma delas é a de Benemérito, definidas como os que pertencendo a outra categoria hajam recebido ou venham a receber esse título em atenção a relevantes serviços prestados ao Clube. Dulce Arena honrou e dignificou por vários mandatos esta Mesa, honrou e dignificou a Comissão de Sindicância e, concluo, Sr. Presidente,

preservou a nossa história de 124 anos. E somente compreende o presente quem tem preservada a história para palmilhar o caminho do futuro. Era o que eu tinha a dizer.

Luís Alberto Figueiredo de Sousa (pela ordem) – Sr. Presidente, pela ordem. Dada a sua preocupação com a questão de manter o tema principal, queria que fosse respeitado estatutariamente o que nós temos nos ordenamentos, que o Expediente dura no máximo 30 minutos.

Presidente – Será observado.

Alexandre Fiore Weyand – Presidente, gostaria de me associar ao voto do Dr. Manssur, por favor. Obrigado.

Presidente – Não tenha dúvida.

Carlos Roberto Sá de Miranda Bório (fora do microfone) – Todos nós, não é, Presidente?

Presidente – Eu não tenho dúvida nenhuma que é uma pessoa que merece todo nosso carinho, nosso respeito, nossa consideração, certamente é um voto de todos nós.

Alexandre Fiore Weyand – Não vou mentir que queria prestar uma homenagem a ela, mas o Dr. Manssur é magnífico nas palavras dele.

Presidente – Mas será consignado.

Alexandre Fiore Weyand – Então, da Casa toda.

Presidente – Sim.

Alexandre Fiore Weyand – Obrigado.

José Ricardo Pinheiro Lima – ... Vou ser bem breve, resumindo o que ia falar, mas já foi dado pela Mesa um voto de pesar ao Cunha. O Antônio Carlos Cunha foi um companheiro, hoje, bem breve, o Tênis está de luto, perdeu um companheiro do Master, uma pessoa magnífica, associado, com toda família. Meus sentimentos pelo passamento do Cunha, que completou 80 anos no sábado e veio a falecer no domingo. Mas chegou nessa idade que todos almejamos, 80 anos. Foi muito feliz dentro do nosso Clube. O voto, também já compactuado pela Mesa as três atletas,

eu tive uma participação do Polo Aquático, que foram a Lara Mendes, a Catarina e a Nicole – Depois passarei o nome completo à Mesa – Essas meninas de apenas 15 anos venceram, ontem a final, a Colômbia por 9 a 7. Mas foram crianças que vieram da base do Polo Aquático. Participação, acho que todos os Diretores e Presidentes aqui, é um trabalho de esporte, todos conhecem, que não é feito da noite para o dia. Essas meninas começaram na Escolinha do Polo Aquático, onde eu tive a grata oportunidade de ser Diretor de Esportes Aquáticos na época do Cappellano. Outros Presidentes também tiveram muito. O Clube, estamos nos aproximando de uma Olimpíada e todos os Presidentes, pelo menos na minha gestão, aqui nós falamos da dona Dulce, eu me lembro da primeira Conselheira, em 86, eu sou de 82, e vi Antonio Rudge, Presidente, foi do Atletismo, o Toni Moreno foi do Vôlei, o Dutra do Tênis, Cappellano da Esgrima e hoje nós temos o Brazolin, também no Basquete, todos com história no esporte olímpico. Então, nos aproximando da Olimpíada, não se esqueçam da base. Essas três meninas vieram da Escolinha do Polo Aquático. Foi uma solução que nós demos para uma longa fila da Natação. Fila da Natação e optaram pela Escolinha do Polo Aquático. Hoje são campeãs Sul-Americana Sub-15. Outra solicitação, bem rápida, é a do nome do Manoel dos Santos, que gostaria de dar um voto aqui de louvor, que a gente seja lembrado, Brazolin, porque nossos heróis, 3º colocado, poderia ter sido 1º na Olimpíada de Roma, em 1960. Mané, deixo aqui uma lembrança. O filho dele hoje é Presidente da Comissão de Esportes e gostaria muito de deixar uma lembrança, que todos vocês aí congratulassem com esse voto de louvor ao Mané. Muito obrigado.

Celso Luiz Borrelli – ... Eu venho na qualidade de Presidente da Comissão de Saúde e Higiene, que este mês nós estamos finalizando o nosso 3º mandato. Finalizo meu mandato de Conselheiro agora em maio e finalizo o 3º mandato da Comissão de Higiene e Saúde. E me vi na obrigação, até pelos Membros que me ajudaram nesta Comissão durante esses seis anos de atuação, fazer um breve relato, um balanço do que esta Comissão prestou para o Clube e é muito rápido o que eu vou falar. Então, esse balanço, eu vou dizer as principais ações desta Comissão. Lembrando, nós tivemos ações menores, como nossa atuação na pandemia, organizando assentos e a votação que foi no estacionamento. Nós tivemos uma ação menor, mas todas muito importantes: a colocação dos telefones de emergência em todas as quadras de Tênis. Tivemos a operação mãos limpas também na época da pandemia, mas nós tivemos duas ações que eu considero ações maiores, que gostaria de citar. A primeira foi logo no início do meu 1º mandato na Comissão de Saúde, que nós aprovamos uma resolução, a Diretoria aprovou um pedido da Comissão, no sentido de substituir aqueles atestados médicos, que eram atestados médicos muitas vezes inapropriados, pelo questionário moderno, chamado PAR-Q. Hoje ele está mais moderno ainda,

porque o atleta pinheirense pode resolver se responsabilizar pela sua saúde através do PAR-Q eletrônico. E como uma última ação importante que a gente aprovou recentemente naquela reunião que foi aprovada a previsão orçamentária, 18 de dezembro, a emenda aditiva da Comissão. A Comissão fez uma emenda aditiva e isso foi muito bom para o Clube, porque foi aprovada por ampla maioria deste Conselho a construção do nosso segundo posto avançado de urgência e emergência. E, ainda, antes de finalizar, esta Comissão, que a gente tem o trabalho até início de maio, isso é projeto futuro seja para a Comissão que venha a me substituir ou eventualmente a gente continuando nesta Comissão, é o projeto que estou fazendo junto com o Instituto, para aprovar nós levaremos isso à Diretoria, que é um projeto que a gente pretende implementar ainda nesse período em relação a acabar com a larva do mosquito da dengue, isso fica a posteriori. Então, eu me vi na obrigação, Presidente, de mostrar as ações que a Comissão exerceu nesse período. Agradeço a atenção de todos.

Renata Pinheiros e Campos Guedes de Azevedo (pela ordem) – Presidente, pela ordem. Borrelli, agradeço muito o pronunciamento que ele fez, mas ele está usando um botton da Federação, que é uma chapa política do Clube. E o que entendo é que a gente não pode utilizar isso estando aqui no Plenário.

Celso Luiz Borrelli – Eu concordo. Peço desculpas, cheguei meio às pressas e não vi. Eu agradeço. Eu vou tirar o botton aqui no púlpito.

Pamela Adami Serine – ... Como Presidente da Comissão de Jovens venho à presença de todos fazer o seguinte comunicado. Apenas gostaria de agradecer a vocês pela oportunidade de estar à frente desta Comissão por dois mandatos, bem como aos Membros que me acompanharam nessa missão: Thiago Bulgarelli, Julia Pessoa, Rogério Brossi, Gianluca Catellani Rana. Procuramos estar atentos aos anseios dos jovens pinheirenses, buscando apoiar projetos e ações positivas para todos. Dentre diversas ações e requerimentos, entre eles, a solicitação do espaço de networking, de implementação da segurança na área externa do Clube, o reajuste do valor dos convites aos associados licenciados e a construção da Arena Fitness destaca o Projeto Conecta Pinheiros, que consiste na elaboração de uma página virtual no site do Clube, a fim de criar um ambiente em que jovens associados possam divulgar seus currículos profissionais, bem como associados que sejam possíveis contratantes possam analisá-los, criando vínculos empregatícios na comunidade pinheirense: conectando jovens, estimulando a formação de uma rede de networking. Esse projeto foi registrado sob o nº 3/2021. Embora tenhamos recebido resposta da Diretoria pela aprovação de dezembro de 2021, até hoje ainda não foi efetivado. Quero encerrar a minha atuação à frente da Comissão de Jovens, agradecendo aos Conselheiros que me

depositaram esse voto de confiança e também aos funcionários da Secretaria do Conselho Deliberativo, em especial a Lilian por todo o auxílio durante esse processo. Boa noite. Muito obrigada.

Sérgio Henrique de Sá – ... A gente não vai conseguir falar sobre nada do que aconteceu nesses dois anos, porque a gente vai somente falar um negócio, mas eu venho falar aqui outra coisa. Com base no Art. 36, parágrafo 1º, como Conselheiro comunico a todos vocês e aos associados presentes, aos Diretores que foi protocolado hoje um abaixo-assinado, que foi feito durante meses por um associado chamado Bimba, com 1.500 assinaturas, pedindo uma providência a ser realizada. É somente uma comunicação. O que será feito desse abaixo-assinado, quem vai encaminhar é a Presidência do Conselho e a Diretoria se vai aceitar ou não e promover as ações. É somente isso, Brazolin. Acho que a comunicação é importante para o associado, quem viu esse abaixo-assinado somente quem frequenta o Tênis tantos meses. Então, é o maior abaixo-assinado já feito na história do nosso Clube. Eu espero que tenha encaminhamento eu tenho certeza por todos vocês. E, por fim, o Lara me fez uma missão aqui, já vou cumpri-la, Lara. Além do voto de louvor das três meninas do Polo Aquático, eu peço o voto de louvor para Eduardo Batista, o goleiro da Seleção do Sub-16 masculino. Queria então agregar o voto do Lima, passando para o Eduardo Batista, campeão Sul-Americano Sub-16, goleiro da Seleção Brasileira, atleta do nosso Esporte Clube Pinheiros. Obrigado a todos. ... Guilherme, eu queria te dar um último recado. Foi uma gestão muito difícil, você passou por momentos realmente complicados, mas lembra do dia que encontrei você e o Brazolin lá no Tênis, eu espero que o próximo Presidente pense nisso: O Conselho não é feito da Presidência da Mesa e das Diretorias, ele é feito de todos nós. O diálogo que eu tive com você durante esse tempo todo, realmente a gente não conseguiu ajustar, mas consegui e estou aqui de público também, comunicando ao associado que as Diretorias e esta Diretoria, eu tive a grata satisfação de fazer uma reunião – Cadê ela? Está ali – 3 horas com a Fernanda Themudo. Tive muita coisa, muito conhecimento que oportunamente vou comunicar. Vamos baixar a guarda e ter um pouquinho mais de visão empática de tudo que acontece aqui. A gente precisa administrar isso aqui bem. Uma boa noite a todos.

José Roberto Carneiro Novaes Junior – ... Queria me associar ao que o Manssur já colocou, que o lugar da dona Dulce, mesmo hoje ela acabou não vindo, eu queria somente colocar algumas coisas, que talvez muitos não saibam. A Diretoria de 1º mandato do Antonio Rudge juntamente a dona Dulce, com Lotufo e Yara Rovai começaram os trabalhos do Centro Pró-Memória, que o material estava todo jogado, não era estocado, jogado embaixo do palco do Salão de Festas, encaixotado. Começaram um trabalho sensacional lá atrás, no primeiro

Presidente que o Pró-Memória teve, que foi Dr. Lotufo. Ela também sempre esteve presente no Cultural. Na hora de arte, do saudoso Pignatari, que foi precursor desses movimentos todos. Ela foi fundadora do Coral, defendeu o Coral, trabalhava pelo Coral do Murilo Alvarenga e sempre esteve presente nessas coisas. Salvo engano, Manssur, ela foi a primeira mulher Membro da Mesa. Tenista, família toda de tenista e atualmente Presidente Honorária do Centro Pró-Memória. Devo muito a ela, porque tenho um fato curioso, que em 2008 acabava meu mandato e eu não queria mais continuar. Ela me encontrou no estacionamento e falou, como ela me chamava: Zé, vem cá. O Peter falou que você não vai ser mais candidato. Vai lá e se inscreve. Falei: Dulce, estou cansado. Não, nós começamos juntos e você prometeu para o seu pai que ia continuar. Falei: Terrorismo não vale. E não podíamos deixar, 94 anos, 95 anos de batalhadora sempre pelas coisas do Pró-Memória. Aproveitando o assunto Pró-Memória, o Synesio está aqui, atual Presidente. Na sexta-feira promoveu uma Oficina de Fotografia sensacional, onde tinham somente 14 participantes. Mais uma vez aquele grande problema nosso de comunicação. E todos os que estavam vieram do boca a boca. Bom, isso que temos de melhorar. O segundo assunto é propor votos de louvor ao pessoal do Esporte e Saúde. Mais uma vez venho aqui, a Dra. Cátia que está no Esporte e Saúde desde o início, desde agosto de 90. Os atuais professores Zuleika, Ivan e Sandra, todos os colaboradores, agradecer à Fernanda Themudo que veio dar um pique muito bom, Adjunta Nete, ao Gerente Gregory e todo o pessoal. E uma notícia muito boa, que nosso Conselheiro Efetivo Alberto Fasanaro iniciou o Esporte e Saúde e está indo muito bem e muito contente com esse espaço e com essas atividades. E no material de hoje nós temos o número de inscrições médias: em 2021, 179, em 22, 197 e 23, 227. Está crescendo o número, isso é muito bom e é o Clube tratando da saúde daqueles mais experientes. Aproveitar também, um voto de louvor pela criação do Espaço Jovem, que é um anseio de mais de 30 anos. Parabéns. Obrigado.

Presidente – Apresentou ao Plenário voto de louvor proposto pelo Conselheiro Luiz Eduardo do Amaral Cardia, à Associada Pietra Brazolin, que se sagrou vice-campeã brasileira de Esgrima. Aprovado.

Vanessa Pasquini De Rose Ghilardi – Doutor, o meu filho trouxe o ouro. O senhor pode, por favor, colocar no voto de louvor para o Octavio Ghilardi também juntamente com a Pietra.

Presidente – Sem dúvida.

Vanessa Pasquini De Rose Ghilardi – Muito obrigada.

5) ORDEM DO DIA

Item 1 - **Apreciação da Ata da 756ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 25 de março de 2024.**

Presidente - Submeteu ao Plenário as seguintes retificações da Ata: 1) Conselheiro Alexandre Fiore Weyand, em seu pronunciamento em Várias na página 37, a saber: Onde se lê: "(...) Então, eu acho que, assim, no Governo Bolsonaro ele extinguiu o Ministério de Esportes e o Ministério da Cultura e transformou-se em secretaria.", leia-se: "(...) Então, eu acho que, assim, no Governo Bolsonaro ele extinguiu o Ministério de Esportes e o Ministério da Cultura e os transformou em secretarias."; Conselheiro Luís Alberto Figueiredo de Sousa, retificação de erros materiais em seu pronunciamento no item 3 da Ordem do Dia, que foram então projetadas no telão; Conselheiro Paulo Roberto Antunes, solicitando a "retirada do nome do Conselheiro Arnaldo na ata da reunião de 25 de março de 2024, permanecendo apenas CONSELHEIRO"; Conselheiro Alberto Sansiviero Junior, pedindo que constasse o nome das três ex-colaboradoras para as quais havia proposto votos de louvor; e, Conselheiro André Franco Montoro Filho, também retificando erros materiais em seu pronunciamento nas páginas 25 e 26. Não havendo contestação, declarou a Ata aprovada com referidas correções.

Item 2 - **Apreciação do processo CD-07/2024, referente ao Relatório anual da Diretoria, balanço e demonstração das contas de receita e despesa do exercício de 2023.**

Pronunciamentos:

Presidente - As Senhoras Conselheiras e os Senhores Conselheiros receberam o Relatório da Diretoria do exercício de 2023, acompanhado das contas de gestão, com os pareceres do Conselho Fiscal e da Auditoria Independente Externa, bem como os pareceres emitidos por todas as Comissões Permanentes, exceto a de Processamento e Julgamento. O Volume I foi distribuído fisicamente a todos os Conselheiros eleitos e Suplentes empossados. Já os Volumes II e III foram disponibilizados eletronicamente, através de links de acesso, no dia 26 de abril. O Relatório, em síntese, contempla as metas realizadas, à luz do Plano de Ação do exercício de 2023. Demais disso, o Relatório apresenta o resultado econômico-financeiro, acompanhado do Relatório da Administração, bem como o Balanço Orçamentário, as Demonstrações Contábeis. No Relatório da Administração é apresentado um superávit no orçamento de custeio (fls. 119 do caderno e 62 do

processo): “Orçamento de Custeio - Abrange os diversos órgãos, áreas e setores do Clube, de acordo com o plano de contas aprovado pela Diretoria, inclusive a constituição de reservas especiais em vista de perspectiva de riscos e imprevistos. O superávit de Custeio é explicado pelo aumento das receitas com natureza diretamente relacionadas ao aumento da frequência do associado no Clube como taxas esportivas, estacionamento, festas e eventos e pela redução das despesas com a economia de alguns gastos autorizados no orçamento e não executados.” O Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis (fls. 200v/205 do caderno e 102v/105 do processo) está assim fundamentado: “OPINIÃO - Examinamos as demonstrações contábeis do Esporte Clube Pinheiros (Clube), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Esporte Clube Pinheiros em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.” O Parecer do Conselho Fiscal (fls. 206/207 do caderno e 106 do processo) está assim fundamentado: “Os membros do Conselho Fiscal do Esporte Clube Pinheiros, abaixo assinados, dentro de suas atribuições, procederam ao exame das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e com base nos exames efetuados, nos esclarecimentos prestados pela Diretoria e, considerando ainda, o Relatório dos Auditores Independentes, Parker Russell, datado de 16 de fevereiro de 2024, concluíram que os documentos acima estão adequadamente apresentados e opinam favoravelmente ao seu encaminhamento para apreciação e aprovação do Conselho Deliberativo.” Foram ouvidas as Comissões Permanentes Financeira, Jurídica, de Obras, de Saúde e Higiene, de Sindicância, de Esportes, de Veteranos e de Jovens. A Comissão de Veteranos (fls. 339), tal qual a Comissão de Sindicância, manifestaram-se dizendo que no âmbito de sua competência entende que a matéria está em condições de ser apreciada e votada pelo Conselho Deliberativo. A Comissão de Obras (fls. 341/357) apresentou as seguintes observações: “O valor das obras concluídas no exercício de 2023 foram de R\$4.307.327,00 (Sem contarmos a impermeabilização do salão de festas). Ao contrário do que tem ocorrido em outros Relatórios, todas as obras concluídas em 2023 foram autorizadas pelo Conselho Deliberativo e podemos dizer que nenhuma ultrapassou o valor que havia sido aprovado (apenas na pavimentação das alamedas o valor ultrapassou em 0,3% o que havia sido aprovado pelo Conselho Deliberativo). Nas obras concluídas em 2023 tivemos um saldo entre o

valor autorizado pelo Conselho Deliberativo e o valor que efetivamente foi gasto de R\$874.464,00. Com o encerramento das obras esse saldo retornou automaticamente ao Fundo de Investimentos. E concluiu que com base nas informações disponibilizadas, no âmbito de sua competência, entende que o Relatório da Diretoria está em condições de ser apreciado e votado pelo Conselho Deliberativo. As Comissões de Saúde e Higiene e de Esportes também se manifestaram de idêntica forma, de que no âmbito das respectivas competências, entendem que a matéria está em condições de ser apreciada e votada pelo Conselho Deliberativo. A Comissão Jurídica (fls. 367/371) assim se manifestou: “A análise do Relatório e das Demonstrações Financeiras elaboradas pela Diretoria no escopo da competência desta Comissão Jurídica diz respeito ao exame do cumprimento dos requisitos enumerados pelo ordenamento jurídico do Clube Pinheiros, quais sejam: (i) Publicidade dos resultados; (ii) Tempestividade na entrega ao Conselho Deliberativo e (iii) Relatório do Conselho Fiscal e de Auditoria independente. Nesse sentido, tanto os 3 (três) volumes referentes ao Relatório da Diretoria, como também Balanço e Demonstração das Contas de Receita e Despesa relativos ao exercício de 2023, apresentadas ao Conselho Deliberativo inclusive em formato digital, encontram-se disponibilizadas no site do Esporte Clube Pinheiros, através de link próprio, possibilitando o seu acesso ao público em geral. Dessa forma, constata-se como cumprido o requisito da publicidade, na forma indicada pelos artigos 16, inciso XI do Estatuto Social e 5º, inciso XXVII, do Regulamento Interno da Diretoria. O Estatuto Social em seu artigo 9, inciso I, alínea “a” e o Regulamento Geral no artigo 70, inciso I, alínea “a” indicam que o Conselho Deliberativo deverá se reunir anualmente na segunda quinzena do mês de abril, para deliberar sobre os relatórios apresentados pela Diretoria. Em complementação, o artigo 5º, inciso III, do Regimento Interno da Diretoria estabelece que o Relatório e a prestação de contas deverão ser apresentados ao Conselho Deliberativo até o dia 15 do mês antecedente ao da reunião do Conselho. Dessa maneira, o relatório foi apresentado por meio do Ofício DI.139/2024 e recebido em 14 de março de 2024, restando cumprido também tal requisito. Por fim, disciplina o artigo 5º, inciso III c.c. 49 do Regimento Interno da Diretoria que o Relatório e as Demonstrações Financeiras devem estar acompanhados de Parecer do Conselho Fiscal e de Auditoria Independente. A esse respeito, tais documentos foram devidamente colacionados ao Relatório, concluindo-se o seguinte: Cumpridas as exigências formais, nos termos do artigo 108 do Regulamento Geral do Clube, sob o ponto de vista jurídico, este Relator entende que a matéria está em condições de ser apreciada e votada pelo Egrégio Conselho Deliberativo.” A Comissão Financeira analisou o processo (fls. 373/378 e 390/391) e ao final concluiu estar a matéria apta a ser deliberada pelo Egrégio Plenário, apontando as seguintes recomendações, a saber: “7- RECOMENDAÇÕES: 7.1- A captação

pelo ECP de recursos via Lei de Incentivo ao Esporte é cadente. Embora o grande financiador das atividades do Clube siga sendo o Associado e dificilmente o deixará de ser, deve ser revista nossa atuação nesse esforço para identificar as razões dessa queda e, em sendo possível, revertê-la; 7.2- Recomenda-se implantar um modelo transparente de objetivos quantificáveis a serem acompanhados ao longo da execução orçamentária que dialoguem com a estratégia global do clube; 7.3- Deve-se realizar a correta alocação dos gastos classificados como “Administrativos” de Bares & Restaurantes nos respectivos PDVs. Essa Comissão entende que nem todos os gastos são atribuíveis diretamente a um PDV ou outro; no entanto, existem casos evidentes em que essa atribuição existe (como nas tarifas de aquisição). PARECER - Baseada na análise do Relatório Anual e Prestação de Contas da Diretoria - Exercício 2023 e nos acima apresentados Relatório e Recomendações, elaborados em atendimento ao quanto disposto nas alíneas a, d e e do artigo 4º do Regimento Interno da Comissão Permanente Financeira, nos incisos III e V do artigo 107 do Regulamento Geral e no artigo 64 do Estatuto Social, essa Comissão Permanente Financeira é da opinião que a matéria está em condições de ser deliberada pelo Conselho Deliberativo do Esporte Clube Pinheiros.” Finalmente, a Comissão de Jovens (fls. 387/388), a par de concluir que a matéria está em condições de ser apreciada e votada pelo Conselho Deliberativo, manifestou-se apresentando ressalvas para apreciação e deliberação do Conselho Deliberativo. Esse é o singelo relatório que a Presidência se permitiu fazer. Na última sexta-feira, dia 26 de abril, recebemos duas cartas da Diretoria. Na carta DI. 277/2024, a Diretoria informa o seguinte: “Servimo-nos do presente para informar que conforme DI. 140/2024, o Diretor de Área Financeira, Sr. Gervasio Angelo Teixeira, e o Gerente Financeiro, Sr. Eduardo José Navas Coutinho, estiveram à disposição dos membros do Conselho Deliberativo para esclarecimentos e informações adicionais sobre o Relatório Anual da Diretoria e Demonstrações Financeiras - 2023, no horário, local e datas informados: 01/04/24 14h00 às 15h00 - não houve comparecimento de Conselheiros; 03/04/24 17h00 às 18h00 - não houve comparecimento de Conselheiros; 16/04/24 17h00 às 18h00 - presença dos Conselheiros Luís Alberto Figueiredo de Sousa e Eduardo Azevedo Marques Strang; 18/04/24 14h00 às 15h00 não houve comparecimento de Conselheiros. Os esclarecimentos foram prestados diretamente aos Conselheiros.” A segunda carta da Diretoria - DI. 276/2024 está assim consubstanciada: “Solicitamos que esta Presidência possa se pronunciar na 757ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo, por meio de seu Diretor de Área Financeira, Sr. Gervásio Angelo Teixeira, com apoio de recursos de projeção, para apresentação específica sobre a matéria em discussão no item 2 da Ordem do Dia.” Nessas condições, concedo a palavra ao ilustre Diretor de Área Financeira, Sr. Gervásio Angelo Teixeira para fazer o pronunciamento.

Celso Luiz Borrelli – Presidente, não sei se não consegui entender. O senhor citou que haveria alguns adendos da Comissão de Jovens, mas acho que não foram lidas as recomendações. O senhor falou que teriam recomendações.

Presidente – Sim, os Conselheiros receberam os pareceres.

Celso Luiz Borrelli – É que as outras recomendações foram feitas.

Presidente – Fiz um resumo, mas os pareceres foram disponibilizados a todos os Conselheiros e Conselheiras.

Celso Luiz Borrelli – Ok, é que como os outros foram lidos, só queria saber se foi esquecimento.

Presidente – Metodologia que usamos para tentar resumir um pouco da matéria do dia.

Celso Luiz Borrelli – Correto. Obrigado.

Gervásio Angelo Teixeira (utilizando projeção de slides): ... Inicialmente, vou tentar fazer um resumo, muitas das informações que vou passar por essa apresentação já foram apresentadas pelo Presidente da Mesa e o objetivo nosso é passar essa informação da maneira mais didática em relação aos números, porque apresentação de números é sempre uma coisa muito árida. Então, o que a gente está tentando aqui é fazer de uma maneira mais didática, para que fique mais fácil a apresentação dos números. Por favor, o primeiro slide (projeção). Inicialmente, o objetivo dessa apresentação é fazer, partindo do nosso balanço, o balanço o qual foi auditado tanto pelos Auditores Externos, revisado pelo Conselho Fiscal. Todos esses números já foram revisados, então, eu vou partir do nosso balanço contábil, porque a nossa prestação de contas aqui é como se fosse um balanço gerencial, não existe uma contabilidade de custeio ou uma contabilidade de bares e restaurantes. Quer dizer, nós estamos partindo de um balanço contábil para depois numa análise gerencial. Então, esse daqui é demonstração financeira do exercício encerrado em 31/12/2023, aonde nós temos o total de receitas, que é: receitas operacionais e receitas não operacionais e despesas operacionais e despesas não operacionais. Basicamente, receitas e despesas financeiras a parte debaixo, somando, dando o total que está aqui, R\$346 milhões de receita e R\$319 milhões na despesa. Gerando um resultado positivo, como se fosse uma empresa seria um lucro de R\$ 26.810.000,00. Nós chamamos de superávit. Próximo, por favor. Outra referência, todos os nossos slides fazem referência à página que se refere o item. Então, se alguém tiver

alguma dúvida e estiver com o livro, também pode fazer uma referência cruzada para verificar um pouco mais de detalhe. Como lido pelo Presidente da Mesa, Dr. Guilherme, esse é o parecer da empresa de auditoria externa contratada pelo Clube. É um parecer sem ressalvas, sem notas ou qualquer outra menção aos números em termos de atenção, eles não encontraram nenhum número significativo dentro do trabalho feito pela auditoria externa. Próximo slide, por favor. Esse é o parecer do Conselho Fiscal, que também foi feita apresentação, a própria auditoria externa fez também uma apresentação para o Conselho Fiscal e as atas dessas reuniões também foram todas preservadas pelo Conselho Fiscal para que eles pudessem fazer o parecer e apresentar esse parecer. Próximo slide, por favor. Esse é o parecer da Comissão Financeira. A Comissão Financeira também tem opinião que a matéria está em condições, ou seja, os números apresentados e revisados pela Comissão estão condição de ser apreciados pelo Conselho. A Comissão Financeira apresentou algumas sugestões também, às quais farei referência no final da apresentação. Próximo slide, por favor. Então, partindo novamente daquele número que nós apresentamos, que eram R\$346 milhões de receita, que está ali, e os R\$319 milhões de despesa, dando resultado de R\$26 milhões. Esse número a gente tenta fazer uma quebra. Então, tem, o que é o balanço orçamentário corrente, que é o nosso custeio e restaurantes. O que é o balanço de orçamento de investimento e a parte de Lei de Incentivo ao Esporte, que ela não tem uma representatividade, porque ela está tanto na receita quanto despesa o mesmo valor. E a gente tem as outras contas contábeis. Essas outras contas contábeis, esse número a gente está somente fazendo uma quebra do resultado de receita e despesa para fazer uma composição. Essas contas na verdade não fazem parte da gestão direta da Diretoria, elas são basicamente itens que não entram na nossa previsão orçamentária, na PO, por isso que é extraída desses números. Exemplo disso, para que vocês entendam, está aqui: o maior número que tem aqui é depreciação e amortização de ativo fixo. A gente não tem gestão sobre isso, ele acontece naturalmente no decorrer do período do ano. Então, essas contas não entram em nossa análise de performance que está aqui. Próximo slide, por favor. Aquele número que nós tínhamos de custeio e restaurante, que é o nosso resultado operacional, aqui tem a composição. Geralmente, o que há aqui já o realizado, só que este realizado que está aqui tem que ser comparado com o que tinha dentro da nossa previsão orçamentária. No ano passado, geralmente todo ano a nossa previsão orçamentária apresenta um saldo zero de resultado, porque nós não temos fins lucrativos, então, este ano o orçamento estava de uma maneira diferente. O que ele apresentava? Ele apresentava um resultado negativo de R\$4.142.000,00, que nada mais é o superávit do ano de 2022, que foi aprovado pelo Conselho que fosse gasto no ano de 2023 dentro daquela deliberação que foi feita aqui no Conselho. Então, esses R\$4 milhões negativos que está aqui foi uma incorporação de uma autorização

de gasto a mais, para que o resultado passasse a ser R\$4 milhões negativos e não zero, como deveria ser. Em relação a isso nós vamos primeiro analisar aqui um pouquinho dos números de custeio e um pouquinho dos números de bares e restaurantes. Isso daqui deu no realizado, R\$3.916.000,00, ocasionando que eu tinha uma autorização R\$4,142 negativos, o resultado foi de R\$3,916 e ainda temos um resultado de superávit de R\$ 225.000,00, apenas essa diferença. Então, nós estamos muito próximos em relação ao resultado zero, que era o objetivo do Clube. Próximo slide, por favor. Aqui a gente tem um *breakdown*, uma análise, vamos dizer assim, por linha de todos os resultados. Total de receita e total de despesas na parte de custeio. O que a gente pode lembrar para efeito de explicação, o porquê deste número nessa natureza, está ali ao lado. Nós tivemos um aumento das receitas por aumento da frequência do associado no Clube: as taxas esportivas, estacionamento, festas, eventos que ocasionaram, que são exatamente demonstrados na diferença positiva que nós temos nas linhas aqui. A única coisa que nós temos, esta linha negativa significativa é em relação ao patrocínio. Como vocês sabem, nós tivemos a pandemia e o contrato que tínhamos com um dos patrocinadores, que é o Bradesco. O Bradesco previa dentro do seu contrato que nós tivéssemos um número de funcionários, porque dentro do contrato com o Bradesco, ele compra o direito de processar folha de pagamento. E em relação a isso nós tivemos um número bem abaixo durante a pandemia, porque nós dispensamos muitos funcionários durante a pandemia. Então, o contrato que nós tínhamos com o Bradesco era que se eu não tivesse o número mínimo de funcionários o contrato seria estendido por um período à frente para compensar a teórica não receita que o Bradesco teria de processar a folha de pagamento menor. Então, com isso o patrocínio do Bradesco somente pôde começar a ser apropriado no meio, foi uma extensão de mais seis meses da validade do contrato. Então, foi a partir de maio do ano passado que nós pudemos fazer a apropriação do novo patrocínio do Bradesco, que foi fechado o patrocínio a partir de 2023, com mais três anos. Nós também tivemos outra explicação aqui de melhora de resultado em função de depósitos não identificados. O Pinheiros tem uma conta, tinha uma conta corrente – Isso foi explicado também em atas junto ao Conselho Fiscal – O Pinheiros tinha uma conta no Bradesco, o associado descobriu o número dessa conta e fazia depósitos para pagamentos diversos e o Pinheiros não conseguia fazer a reconciliação desses pagamentos. Ou seja, identificar de quem era o depósito. Isso foi gerando um acúmulo ao longo dos anos e todo ano um valor entrando na conta. De acordo com a política contábil, prática contábil, se eu tenho um valor não identificado, não reconciliado e não reclamado por mais de 360 dias, eu jogo para resultado. É o que nós fizemos. Isso estava congelado antes da pandemia, foi feito um congelamento disso e a partir do ano de 2023 nós começamos a lançar para o resultado. Inicialmente, foi um valor até, foi do ano de 2019 até 2020,

depois de 2020 até 2022, o total é de R\$1.500.000,00 e está ali. Esses são alguns valores que também puxaram a nossa receita para um valor a mais e isso não constava na PO inicialmente. Em relação à despesa da parte de custeio nós tivemos um controle muito maior das despesas: análise de contratos com melhores licitações, isso fez alguma economia, gerando também superávit, que também está positivo em relação às despesas que tem aqui. Em relação ao pessoal, alguém pode perguntar: Em relação a gasto com pessoal, por que nós temos isso? Porque na nossa PO do ano passado, em 2022 foi feito isso para 2023 foi feito um acordo sindical, que o funcionário antigamente pagava uma parte do custo de alimentação em nosso restaurante interno de funcionários. No acordo sindical, ele passa a ter 100% subsidiado pelo empregador. Então, isso não constava na nossa PO anteriormente, fez com que gastássemos mais em pessoal ali, porque estávamos pagando 100% dessa refeição, não mais um percentual de 85%, porque 15% quem pagava era o funcionário. Isso ocasionou um gasto maior aqui. Próximo slide, por favor. Na parte de bares e restaurantes nós tínhamos uma estimativa de R\$5 milhões para o orçamento em relação a, vamos dizer assim, a um subsídio, que não se pode falar, não acho correto também falar que é um déficit de restaurante, é um subsídio, porque os restaurantes existem para servir ao sócio. Então, o subsídio previsto era de R\$5 milhões, porém, nós tivemos um subsídio necessário de R\$9 milhões, uma diferença de R\$4 milhões. Basicamente devido a quê? Todo mundo sabe a grande operação que nós temos dos postos de venda, a grande disponibilidade de gêneros, estoque, horário e assim por diante. Além disso, nós tivemos um aumento no número de atendimentos, fazendo com que o associado demande mais e isso acaba ocasionando principalmente um gasto em folha de pagamento, que já expliquei, também existe a parte de folha de pagamento do funcionário que almoça aqui, essa parte do acordo sindical. Além disso, gerando um pouco mais de hora extra, que nós estamos pagando muitas horas extras em bares e restaurantes. Além disso, nós também temos um gasto muito grande na parte de serviço de contratados. Nós tínhamos um prestador de serviço aqui no Clube, que o CNAE desta empresa era de eventos e não de mão de obra especificamente. Isso fazia com que era uma mão de obra eventual, porém, ao analisarmos, vamos dizer assim, o comportamento desses prestadores de serviço, havia muitos prestadores de serviço ficando no Clube cinco, seis, oito dias trabalhando direto. Então, isso não é uma mão de obra eventual, acabou sendo um serviço de mão de obra terceirizado. Houve a troca deste fornecedor, porque eu tinha que não mais utilizar essa empresa que era de mão de obra eventual, para eventos. O que aconteceu foi que com isso, esse serviço era mais caro, porque têm muito mais encargos sociais para uma pessoa trabalhando permanentemente na empresa do que uma empresa que contrata uma mão de obra eventual. Isso fez com que nós tivéssemos um grande gasto na parte de serviço de terceiros contratados. Além

disso, nós temos o custo muito grande de água e gás. O gás subiu muito acima da inflação. Além disso, nós tivemos a restrição pela Sabesp da litragem de água que a gente pode extrair dos postos artesianos do Pinheiros. Com isso, o consumo, é lógico, a gente está tentando controlar, mas o número que a gente compra da Sabesp e não do posto artesiano aumenta. E aí a nossa conta tanto de água quanto de esgoto subiu muito mais do que estava previsto dentro da PO. Além disso, nós tivemos também um aumento dos gêneros alimentícios um pouco acima da inflação. Todo mundo sabe aqui que ir ao mercado hoje para comprar os seus alimentos está um pouco mais caro do que realmente a inflação sendo medida. Então, isso ocasionou esse gasto muito acima que nós tínhamos previsto dentro da PO. Próximo slide, por favor. Aqui é somente uma análise de fluxo de caixa. Essa análise do fluxo de caixa a gente faz uma informação em termos da origem de cada um desses componentes do fluxo de caixa. E aí esse valor gerado aqui embaixo, que tem da relação de 2023 a gente vai exatamente numa análise do próximo slide, que é o capital de giro. O capital de giro do Clube hoje é da maneira que está aqui. Então, todo disponível que nós temos aqui dentro do Clube, caixa mais aplicações financeiras e é extraído o Fundo de Emergência, o Fundo Especial de Investimento, a Lei de Incentivo, todos estes fundos específicos que têm aqui são extraídos. Então, a nossa disponibilidade que tem aqui é de R\$19 milhões. Isso é o nosso valor, da mesma maneira que está lá do fluxo de caixa. E aí temos outros adiantamentos. Aqui é o adiantamento de patrocínio. E tem adiantamento dos associados que pagaram a contribuição de 2024 em dezembro de 2023. Esse dinheiro está em nosso caixa, porém, será apropriado durante o ano de 2024. Então, esse valor que está aqui também extraio, para isso eu tenho R\$5 milhões de capital de giro para o ano de, é o nosso número de capital de giro que fechou em dezembro de 2023. Em relação a isso fica muito claro que a situação financeira que a gente tem hoje no Clube é bastante sólida. O próximo slide nós temos o nosso índice de liquidez. Nosso índice de liquidez vem apresentando ao longo dos anos um número muito crescente, 2,46 é um índice muito alto. O índice de liquidez é o total de ativo circulante sobre o total de passivo circulante. Ou seja, é a capacidade que eu tenho de gerar dinheiro dentro do nosso balanço. Aí no próximo slide, assim, corroborando com essa análise eu coloquei aqui outros índices financeiros usados no mercado para que a gente possa ter uma ideia de como os nossos números estão evoluindo de uma maneira muito positiva. Os nossos índices de liquidez, que é corrente imediato e geral, todos apresentam um crescimento significativo. Aqui ao lado, somente para que vocês possam ter uma ideia mais clara é o ativo circulante sobre o passivo circulante. Disponibilidade sobre passivo circulante. Ativo circulante sobre o residual, realizado em longo prazo. E aqui o passivo circulante sobre o passivo não circulante. Aqui eu tenho o nível de endividamento do Clube. É um nível bastante baixo geral, que é o passivo

circulante. Então, assim, nós temos um número muito positivo em relação a indicadores financeiros. Próximo slide, por favor. Aqui é o Fundo de Emergência. O Fundo de Emergência é basicamente a movimentação que nós temos em relação ao rendimento dessa aplicação, mas é um número bastante significativo, porque nós tivemos praticamente 10%, já descontado imposto de renda. Então, nós temos um valor, um controle dessas aplicações financeiras de maneira bastante conservadora, o Pinheiros é bastante conservador e ganhando um valor significativo para o Fundo de Emergência. O próximo, por favor. Aqui já é em relação ao balanço de investimento. Nós temos aqui as contas, o que são orçadas e o que foi realizado para cada uma dessas movimentações nas contas de investimentos. Então, eu tenho os editais, essas transferências de títulos, os rendimentos financeiros. Aí eu tenho que descontar e tirar as despesas de acessibilidade e sustentabilidade que estão aqui de obras. Programa de tecnologia, que são aquisições de ativos para tecnologia. Equipamentos e mobiliários, instalações comprados. Aí obras e reformas. E aí o saldo atual. Isso daqui, somente para vocês terem agora a visão, nós tínhamos R\$65 milhões no Fundo de Investimento, entraram mais R\$41 milhões. Saíram R\$15 milhões. Nós estamos hoje com R\$92 milhões em Fundos de Investimento. Esse fundo de R\$92 milhões está disponível em aplicação financeira, R\$76 milhões e R\$15 milhões são ainda de contas a receber dos editais de venda, que são parcelados e a gente tem esse valor a receber. Próximo slide, por favor. Aqui é um demonstrativo, como foi mencionado pela leitura do Dr. Guilherme, exatamente a movimentação. Este ano todas as obras que foram concluídas no ano de 2023, todas as obras feitas no Clube apresentavam aprovação do Conselho e nenhuma ultrapassou o valor que foi aprovado pelo Conselho. Apenas nós tivemos aqui no saldo esse valor residual de R\$874 mil que não foi gasto e permanece no Fundo de Investimento. Então, também está aqui o parecer da Comissão de Obras. Anteriormente mencionei somente o parecer do Conselho Fiscal e da Comissão Financeira e aqui o parecer da Comissão de Obras, também não tivemos ressalva neste parecer. Próximo slide, por favor. Voltando àquele item que eu tinha comentado sobre o parecer da Comissão Financeira. O processo de relatório anual de prestação de contas é evolutivo. O Clube vem melhorando e evoluindo ao longo dos anos de uma maneira muito significativa, inclusive os pontos mencionados pela Comissão Financeira fazem total sentido dentro de uma estrutura de Governança, na qual a Diretoria Executiva não poderia, poderia, mas não deveria ser avaliada única e exclusivamente pela performance de orçamento. Então, poderíamos criar novos indicadores de performance de gestão, mas isso precisa ser desenvolvido dentro da estrutura de Governança. Estabelecido e aprovado pelo Conselho. Estabelecidas as métricas para que a gente possa apresentar e devolver ao Conselho performance disso. Então, é uma proposta nossa de estar trabalhando nisso. Apresentar isso como um projeto ao

Conselho para que a gente tenha uma melhoria dentro do relatório de prestação de contas. Acho que é isso. Muito obrigado a todos.

Presidente – Agradeço.

José Marlon Salvador Barroso (aparte) – Gervásio, somente uma questão. Primeiro, parabenizar pela apresentação, bem didática. Mas o que me preocupa é a questão da nossa rotina dos últimos dois, três anos, nós estamos criando superávit. Agora, na casa de R\$26 milhões. Então, queria saber qual é sua opinião sobre essa questão e qual a perspectiva que teremos em 2024 para essa questão em relação à PO que foi aprovada?

Gervásio Angelo Teixeira – Na verdade não é um superávit em relação ao nosso orçamento, aquele superávit é em relação ao resultado contábil. Quando você olha ali, o superávit foi apenas de R\$285 mil, então, nós estivemos muito próximos em relação ao que estava previsto no orçamento. Resultado positivo é uma coisa diferente e isso está sendo incorporado dentro da estrutura do patrimônio líquido do Clube, que é dentro do balanço. É completamente diferente uma coisa da outra.

Renata Pinheiro e Campos Guedes de Azevedo – Oi, Gervásio?

Renata Pinheiro e Campos Guedes de Azevedo (aparte) – Algumas coisas. Eu procurei, não encontrei, quanto que a gente tem de provisão, porque a provisão acaba baixando do superávit, a gente pode estar fazendo um resultado que não seja tão real. Você sabe me dizer o valor que a gente tem de provisão?

Gervásio Angelo Teixeira – De cabeça eu não sei, precisaria consultar.

Renata Pinheiro e Campos Guedes de Azevedo – Quero pedir para que depois a Diretoria esclareça. Pode voltar em sua projeção um pouquinho, que tenho uma dúvida num slide específico.

Gervásio Angelo Teixeira – Pois não. Renata, eu acho que seria interessante a gente colocar qual provisão que está se referindo.

Renata Pinheiro e Campos Guedes de Azevedo – Todas.

Gervásio Angelo Teixeira – Está bom, o *breakdown* da provisão.

Renata Pinheiro e Campos Guedes de Azevedo – Nesse slide. Como você pode perceber a gente teve uma queda significativa no capital de giro operacional. A gente tinha R\$12 milhões em 2022 e nos sobrou R\$5 milhões, R\$6 milhões em 2023. Entendi que parte dessa queda do nosso capital de giro operacional são outros adiantamentos de patrocínio, que acho que faltaria uma explicação sobre isso, o que são outros adiantamentos de patrocínio? E eu fiquei um pouco confusa, então, ali já me explicaria R\$2 milhões e o outro resto, que estou achando os outros R\$4 milhões seria da Lei de Incentivo ao Esporte, que a gente tinha R\$18 milhões e caiu para R\$14. Você pode me dar uma explicação por que a gente teve essa queda? E se você vê alguma implicação disso no futuro para a gente?

Gervásio Angelo Teixeira – Na verdade, em 2022 nós tínhamos o patrocínio em final de contrato, então, nós tínhamos entrada de capital muito pequena durante um período. Em 2023 nós tivemos a renovação do valor pago pelo Bradesco e aí a gente tem uma parte disso gerando um valor de adiantamento para o Bradesco. A geração desse valor estaria sendo subtraída dentro do meu capital de giro. Antigamente eu não tinha um valor adiantado, o valor já tinha sido diluído em resultados anteriores.

Renata Pinheiro e Campos Guedes de Azevedo – Ou seja, em 2024, quando for realizar eu vou ter uma diminuição desse adiantamento?

Gervásio Angelo Teixeira – Com certeza, ele estará menor, estará apropriado para resultado.

Renata Pinheiro e Campos Guedes de Azevedo – Sobre a Lei de Incentivo que caiu de R\$18 para R\$14, que teve uma variação de R\$3,4 milhões?

Gervásio Angelo Teixeira – Eu teria que ler o que está escrito na nota 6 do relatório, o item explicação. Não me lembro de cabeça.

Renata Pinheiro e Campos Guedes de Azevedo – Eu também não.

Gervásio Angelo Teixeira – Precisaria dar uma olhada na nota. Posso consultar aqui.

Renata Pinheiro e Campos Guedes de Azevedo – Obrigada.

Gervásio Angelo Teixeira – Renata, somente um detalhe. Se você olhar na página 160 tem toda a descrição, mas a gente responderá isso a você

formalmente, têm todas as descrições das provisões que estão ali na demonstração. São duas páginas da provisão e tem separada inclusive da demanda judicial. Da outra precisaria verificar qual é a nota aqui, que estou procurando, mas também te responderei – Onde está a Renata? Ah! – 175, item b. Aqui está fazendo referência, Renata, na página 175, exatamente é Fundo Especial de Investimento. Ele explica a origem disso e faz exatamente nas demonstrações contábeis a nota nº 29 e também explica a movimentação.

Presidente – Satisfeita, Conselheira Renata? (Pausa) Muito obrigado. Então, agradeço mais uma vez ao Diretor Gervásio Angelo Teixeira. Vamos ouvir os inscritos. Ilustre Conselheiro Luís Alberto Figueiredo de Sousa, Conselheiro Paulo Roberto Antunes, Conselheiro Eduardo de Azevedo Marques Strang, Conselheiro Rodolfo Serine, Conselheiro Alexandre Lomonaco, Conselheiro André Franco Montoro Filho. Então, vamos ouvir o Conselheiro Luís Alberto. O Conselheiro tem uma projeção, prefere se utilizar daquele microfone, Conselheiro?

Luís Alberto Figueiredo de Sousa – Sr. Presidente, preferiria começar com a contagem do tempo por conta do Regulamento que nós temos. Nós tivemos 20 minutos na anterior, o tempo regulamentar é 10 e vi que não foi controlado. Gostaria então que se fosse controlado tivesse essa equivalência e paridade de tempo.

Presidente – Sem dúvida nenhuma.

...

Luís Alberto Figueiredo de Sousa (utilizando projeção de slides) – Sr. Presidente, a apresentação que pretendo aqui para o Conselho é dividida em duas partes. Uma primeira parte eu gostaria de trazer esta questão, assim, de olhar a prestação de contas da Diretoria com um olhar diferente, ou seja, o que a gente olha e por que se olha esse tipo de prestação de contas? Por favor, Jorge, próximo – Combinei com o Jorge, para que não pareça grosseria ao Plenário, o Jorge me pediu que para trocar só usasse esse código “Próximo.” Então, por favor, que não seja tido como grosseria. – Então, os dois olhares que eu trago aqui são olhares do IBGC, que é o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa e a ABRASCA. A ABRASCA é Associação Brasileira das Empresas de Capital Aberto, que promove anualmente um ranking dos melhores relatórios anuais, do qual o Pinheiros já ganhou este prêmio pela sua qualidade de demonstração financeira. Então, as observações que eu trago aqui são em torno de recomendação e proposições, mas não com critério de achismo pessoal meu, mas

sim com critérios objetivos estabelecidos pelo IBGC e pela ABRASCA. Eu gostaria então de pedir licença às senhoras e aos senhores para trazer um pouco do que é esse conteúdo. Próximo, por favor, Jorge. Nós estamos hoje aqui olhando são basicamente cinco componentes de um documento, que é a prestação de contas. Um conjunto elaborado pela Diretoria, outro pelo Conselho Fiscal e outro pelo Auditor. O Conselho Fiscal está aqui no meio, porque ele se pauta em informações que são coletadas na Diretoria e ele também se pauta em informações que são coletadas pelo Conselho Fiscal. E qual é a lógica que o mercado cobra de uma prestação de contas? Primeiro, qual é o propósito? Apresentação da organização. O que nós somos? Uma Entidade de práticas esportivas que têm todas as atividades que foram feitas ao longo do ano descritas no relatório da Diretoria. Essas atividades são transformadas em números e esses números precisam estar de acordo com as normais contábeis e o Conselho Fiscal olha se esse uso de recursos foi feito de forma adequada ou não. Próximo, por favor, Jorge. Para quem se direciona uma prestação de contas? Uma prestação de contas, senhoras e senhores, se direciona a um conjunto muito amplo de interessados. Fornecedores têm um interesse muito grande de saber como está o Clube, são 13 mil clubes no Brasil. Lembrando aqui uma apresentação do finado e querido Antônio Carlos Fiore, que fez um estudo detalhado a sua época, onde ele falava o seguinte: Conta-se nos dedos da mão quantas associações como a nossa são saudáveis financeiramente. Por que o fornecedor quer então saber se nós somos saudáveis ou não? Porque ele quer fazer negócio conosco, o fornecedor nos dá crédito e ele cobra preço ao mais ou a menos em função do risco que ele tem de fornecer. Nós precisamos também ter essa apresentação feita para patrocinadores. O patrocinador tem que ter orgulho e falar: Olha do lado de quem nós estamos e como nós estamos sendo tratados e como nosso dinheiro está sendo usado. Funcionários podem ter orgulho também da organização, uma vez que eles veem que tipo de informação está sendo tratada nele. As Confederações também ouvem, o Governo ouve e o mais importante de todos – Ih, acabou a minha bateria, Gervásio – O Governo, o corpo associativo e aqui, senhoras e senhores, nós, Conselho Deliberativo, que hoje nós estamos aqui deliberando – Ah, alguém está me emprestando. Obrigado – e nós estamos aqui, senhores e senhores, hoje deliberando sobre este documento. A Diretoria nos apresentou esse documento e nos franqueou tempo de análise de seus Membros – O Gervásio ficou lá por três dias para acolher recomendações – então, o processo de deliberação não é somente uma aprovação ou reprovação de contas, o processo de deliberação também tem as recomendações que nós precisamos fazer para que este relatório nos leve à excelência de sermos representados externamente. Este documento é a nossa roupa de festa, é com ele que nós podemos entrar em novos patrocinadores, é com ele que nós vamos nos mostrar perante as Federações, é com ele que nós seremos comparados a outras

entidades coirmãs. E a excelência dele é a excelência que vai fazer sermos distintos ou não. Sr. Presidente, com base nisso, a primeira proposição que eu faço é, se nós vamos querer ter um relatório, que este Conselho decida se quer ter um relatório que têm todos os aspectos de recomendação trazidos por esta Casa, que sejam aprimorados antes da sua versão final, porque essa versão final é para discussão e deliberação, não é ainda a versão final. Próximo, por favor, Jorge. O que se espera ver em um documento como esse, senhoras e senhores, é essa lista, que não vou ler, não é exaustiva, mas está representada bastante em informações ao longo de dois volumes, um físico e um virtual, que nós recebemos da Diretoria. Próximo, por favor, Jorge. Para entidades como a nossa, nós temos um conjunto de foco, que são estas informações que estão aí, que no fundo representam aquele fluxo que eu comentei anteriormente: Quem somos, o que fazemos até chegar ao final. Próximo, por favor, Jorge. Falando sobre os documentos. Começando pelo parecer do Auditor. Uma coisa muito importante e eu complemento aqui a informação do Gervásio, este é um Auditor novo. A gente precisa reconhecer e parabenizar a Diretoria que trouxe a renovação do Auditor Externo Independente. Existe um ditado no mundo financeiro que diz assim: Vassoura nova varre diferente. Então, um Auditor novo pode ver coisas que o antigo não via. E esse Auditor novo veio e emitiu um parecer limpo, sem ressalvas, sem nota de ênfase, está bem fundamentado e está bem amplo. O que faz esse parecer do Auditor? Ele compara se os números e a forma como foram computados os números estão aderentes a normas contábeis. Então, ele está olhando: Opa, registramos a receita corretamente, registramos o nosso custo de impairment de uma maneira adequada, ele busca evidências, ele faz circularização, ele olha o que tem aqui em nosso saldo bancário, ele vai lá ao banco e pergunta: É isso mesmo que tem? Então, é muito bom fazer a troca periódica de Auditor e isso merece um voto de louvor para a Diretoria. Próximo, por favor, Jorge. O parecer do Conselho Fiscal tem uma falha. A falha está colocada lá em amarelo e se me permite, senhoras e senhores, eu vou ler o que está em falha. Ele diz o seguinte, que os membros do Conselho Fiscal opinam favoravelmente ao seu encaminhamento para aprovação – E onde está o erro? – Aprovação do Conselho Deliberativo. Gente, isso é conflito de competência. Nenhuma Casa pode dizer o que esta deve fazer. Todos os pareceres de todas as Comissões falaram que este documento está em condições de ser apreciado, deliberado, discutido, mas nunca aprovado, porque aprovação é soberana desta Casa, como sempre nos ensinou o Dr. Manssur. Isto é um erro. Próximo, por favor, Jorge. O parecer que é recomendado pela entidade, que é entidade referente, que é o IBGC, é esse daqui, esse é o texto, é um texto disponível que todas as nossas Comissões seguiram, evidentemente seguiram, trocando, fazendo alguns ajustes, como, por exemplo, nós não temos Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nós temos aqui é o Conselho Deliberativo quem o faz.

Para aquelas pessoas que tiverem curiosidade de conhecer mais informações sobre como se faz esta demonstração e o papel do Conselho Fiscal eu recomendo que cliquem naquele código que está ali à direita. Naquele código à direita, as senhoras e senhores terão acesso a esse documento completo, que diz o que deve ter num Conselho Fiscal. Por favor, adiante. Ou seja, o parecer do Conselho Fiscal expressa a opinião do órgão sobre o processo de elaboração e o conteúdo das demonstrações, ele não aprova conta, gente. Ontem eu passei 2 horas e meia com o Presidente do Conselho Fiscal, ele me atendeu gentilmente, onde eu pude apreciar todas as atas. E, Sr. Presidente do Conselho, eu gostaria de consignar um pedido. O Conselho Fiscal, ainda que as atas deste Conselho sejam públicas, o Conselho Fiscal não é notificado formalmente sobre o que têm nas atas, só recebe as resoluções e só se mostra informado sobre as resoluções. E o que acontece, Sr. Presidente, que vários Conselheiros vêm a Plenário, tomam a tribuna e fazem observações a respeito de formas de contratação, a respeito de contratos, que isso tem a ver com um instrumento que se chama controles internos. Se os controles internos são questionados pelos Conselheiros, o Conselho Fiscal deveria olhar isso, e não olhou, não tem registro disso em nenhuma ata. Isso significa que este parecer precisa ser revisado e precisa ser substituído se nós queremos fazer uma versão final para que este documento de prestação de contas seja um documento prestigiado pelo mercado externo. Próximo, por favor, Jorge. Quando olhamos agora os documentos da Diretoria, o que nós vemos lá? A descrição de nosso propósito. Nós precisamos fazer uma revisão no que está no Institucional, nós temos mecanismos de gestão confundidos com a institucionalidade. Eu falo o que faço, mas não digo o que sou. Nós temos muitos dados, mas temos poucas informações. Quando nós olhamos o relatório que está colocado na versão digital, assim, ele é muito detalhado, a ponto de poder ser chamado de um diário de acontecimentos, mas ele não abstrai, ele não sintetiza, ele não diz o que a gente está fazendo. Quando se fala em termos de visibilidade estamos falando de patrocinadores e eu notei falta – Comentei com a Diretoria quando tive oportunidade, comentei também com o Paradedá aqui – que obteve um excelente patrocínio da John Deere no ano passado e está faltando nome de patrocinadores. Os patrocinadores vêm aqui, isso eu ouvi de um de nossos sócios, que é membro de uma grande instituição financeira, que na festa junina falou: Cadê meu nome lá? Nós precisamos ter isso. E nós precisamos também acertar os nomes para mercado, onde está se colocado como Governança, lá está escrito representação. Então, se nós não alinharmos as nossas denominações ao que o mercado reconhece como tal, passa que nós somos um pouco desatentos com isso.

- Manifestação de Conselheiro no plenário: E o tempo, hein?

Presidente – Conselheiro...

Luís Alberto Figueiredo de Sousa – Eu pedi um tempo maior em função do tempo que foi concedido antes. Agradeço.

Presidente – Sim.

Luís Alberto Figueiredo de Sousa – Se alguém quiser falar que tome o microfone, por favor. Faltou incluir no nosso legado, formador olímpico. Pretensões para o preparo do ano olímpico, que isso nos dá mais base para patrocínios. Por favor, o próximo. No que diz respeito ao registro das atividades. Puxa, aí tem oportunidade muito grande, eu tenho visto o trabalho da Diretoria em termos de trazer os elementos, fazendo *assessment*, trazendo uma valorização bastante grande do aspecto fundamental para o nosso funcionário. E nós fizemos o quê? Nós simplesmente fizemos uma estatística descritiva: Quantos funcionários são? Qual a etnia? Qual a formação? E nós temos a coisa mais importante, nós estamos trabalhando para melhorar a presença do funcionário. Nós estamos trabalhando para melhorar a qualidade do funcionário, isso é muito importante. Na parte de esportes, senhoras e senhores, esse livro registra só o Pan, as atividades estão colocadas no virtual. Esse livro que será circulado externamente poderia nos dar uma visão mais sintética do que fizemos. Quando se fala no social e no cultural, puxa, o foco é em resíduos da festa junina, as infraestruturas. Como é que a gente pode juntar isso? Aqui estão as observações de melhoria. Nós temos que fazer algumas realizações que demonstrem atenção a temas específicos, que são muito observados hoje. Meio ambiente. Eu tive oportunidade de falar com o Sr. Presidente, – Aqui eu não sei se todos poderão ver – isso aqui é um relatório de uma empresa de capital aberto. é um terço do nosso relatório, é o único relatório que tem. E aqui é um terço, porque está em dois idiomas, em português, inglês. Fica à disposição para quem quiser olhar. Nós temos que falar de meio ambiente, como tratamos. Como que a gente está trabalhando com diversidade e inclusão? Tantos Conselheiros vêm aqui falar, tantas obras estão sendo feitas. Como é que a gente está lidando com acessibilidade? Tivemos investimentos muito fortes em acessibilidade, com corrimãos e a gente não está capitalizando isso em nosso relatório. Trago aqui então como recomendação, que se façam esses ajustes. Próximo, por favor, Jorge. Indo para as demonstrações financeiras. Nós temos um nível de detalhamento muito bom, uma transparência que demonstra boa vontade de demonstrar os resultados e querer melhorar. Para frente, Jorge, por favor, o próximo. Nós temos o superávit já dito pelo Gervásio. Nós temos um valor nesse superávit. São dois valores, R\$26, depois soma se R\$1.600.000,00. Esse R\$1.600.000,00 é assim, não é dinheiro em caixa, é efeito econômico. Ou seja, eu tinha um carro que estava

registrado no balanço por R\$1.000,00, agora ele está em R\$2mil. Então, esse valor só vai virar dinheiro se eu vender o carro, né? Então, esse é o conceito que temos lá. O próximo, por favor, Jorge. Sinto falta nesse relatório, com base em critérios que se colocam de IBGC, com base em critérios que se colocam pela ABRASCA, da proposta da Diretoria para destinação dos resultados. A Diretoria transcreve elementos dos nossos ordenamentos sobre como tratar os resultados, mas ela não faz uma proposta. Então, nós temos uma peça faltante. São 15 minutos, foram 20 no outro, tenho mais cinco e acabo. Por favor, o próximo, Jorge. Nós temos aqui, também dito pelo Gervásio, vou passar rápido por esse. Nós temos no orçamento corrente um déficit apontado pela Comissão Permanente Financeira, de R\$3,9 milhões; também expresso nas contas, é muito visível, muito fácil de ver. O próximo, por favor, Jorge. Porém, quando nós olhamos a composição do resultado global, eu peço atenção às senhoras e aos senhores para esse quadro que está aqui em amarelo. Para formar R\$ 26.000.000,00 de superávit nós tivemos a contribuição de R\$42 milhões do Fundo Especial. Nós temos três orçamentos no Clube: Orçamento de Custeio, Orçamento de Restaurantes e Orçamento do Fundo de Investimento. A soma desses dois orçamentos aqui é o que se chama Orçamento Corrente, como exposto pelo Gervásio. Então, se subtraímos o resultado deste Fundo de Investimento, ou seja, do nosso Fundo Especial, o que resta é o Orçamento Corrente. Então, pegando esta receita global, subtraindo-se a receita do Fundo Especial. Pegando esse custo que tem aqui, subtraindo o custo do Especial. Pegando este resultado e subtraindo nós temos aqui que o Orçamento Corrente hoje apresenta um déficit de R\$15.356.000,00. Próximo, por favor, Jorge. Trazendo também a observação que o Gervásio também fez, nós notamos que o nosso capital de giro foi reduzido em R\$6 milhões. Lembro que em 2015, o Dr. Manssur constituiu uma Comissão para analisar o déficit operacional. Foi presidida também pelo nosso finado Antônio Carlos Fiore, participaram Andreas Fein, Renato Zuccari, Claudia Matsui, eu participei, ... o nosso querido Luiz Guilherme Kawall também participou. E chegamos à conclusão que o capital de giro deveria rodar em torno de R\$14.000.000,00. Então, Sr. Presidente, nós temos aqui três desafios para a Diretoria. O primeiro desafio da Diretoria seria em relação ao déficit apontado pela Comissão de Finanças, em R\$3,9 milhões. O segundo desafio é esse, como é que nós vamos recuperar esse déficit, que é contábil, esse déficit pode ser desagradável para quem olha, mas é um número que está expresso na nossa contabilidade se olharmos dessa maneira detalhada. E como nós vamos recuperar o capital de giro? Então, Sr. Presidente, resumindo, as propostas que gostaria de fazer aqui são essas. A primeira, se este Conselho quer ter um relatório anual em condições de ser um daqueles que concorrem ao prêmio da ABRASCA, então, nós precisaríamos fazer ajustes em relação a essa versão que nos foi disponibilizada. A segunda proposta é que a Diretoria

apresente como ela vai destinar esse resultado? Como é que ela vai recompor? Como nós recomporemos os R\$3,9 milhões apontados pela Comissão de Finanças? Como nós recomporemos o capital de giro para ficar próximo aos R\$14.000.000,00? E no longo prazo, porque isso daqui é um resultado econômico, como nós vamos recuperar os R\$15.000.000,00? Sr. Presidente, obrigado pela apresentação. São esses os pontos. Obrigado, Jorge, pelo apoio.

...

Renata Pinheiro e Campos Guedes de Azevedo (aparte) – Eu tenho uma pergunta. Você fala bastante de a gente fazer o nosso relatório alinhado com a ABRASCA, onde ABRASCA é uma associação que analisa relatórios de empresa de capital aberto, que não é o caso do Clube, porque o Clube é uma empresa de capital fechado. E todo tempo você falou que seria importante para o Clube a gente ter um relatório nesse parâmetro. Realmente não consigo enxergar a importância disso, porque as empresas de capital aberto fazem relatórios fantásticos para conseguir mais investidores, então, acho que estou perdendo alguma coisa. Por que você acha importante a gente fazer um relatório? Qual é o benefício que isso traria para o Clube?

Luís Alberto Figueiredo de Sousa – Brilhante a sua pergunta. A ABRASCA, ainda que seja uma empresa, que é Associação Brasileira das Empresas de Capital Aberto, ela também faz um ranking das empresas que são sem finalidade lucrativa. Nós já concorremos com ela no ano de 2016, foi isso? 2015, 2016. E nós ficamos à frente da Previ, ficamos em 2º lugar acho que em 2018 – Me corrige, Edu – 2017, né? Ficamos em 2º lugar. E o que acontece? Um relatório que tem um selo como esse de reconhecimento, de um relatório excelente, esse selo traz credibilidade. Se ele traz credibilidade, significa: Estamos comunicando a todos os *stakeholders* – Perdão se esse termo não é do dia a dia de todo mundo – mas estamos comunicando a todos os *stakeholders*, com um critério que é extremamente objetivo, externo, como se fosse de outra auditoria, que seria uma auditoria que olharia qualidade do relatório, que esse relatório tem padrões de qualidade excelente. E essa excelência é premiada pela ABRASCA. Seria isso. E, novamente, a sua pergunta foi o que eu acho. Eu não gostaria de fazer uma resposta de tom subjetivo, o que eu acho. Eu gostaria de fazer uma resposta de tom objetivo, o que o mercado olha. E o mercado procura uma referência. E essa referência é dada por uma instituição externa. E essa instituição externa tem credibilidade no mercado.

Renata Pinheiro e Campos Guedes de Azevedo – Legal.

Presidente – Obrigado, Conselheiro Luís Alberto.

Gervásio Angelo Teixeira (fora do microfone) – Posso pedir um esclarecimento?

Luís Alberto Figueiredo de Sousa – Não.

Presidente – Não.

Gervásio Angelo Teixeira (fora do microfone) – Esclarecimento também não?

Luís Alberto Figueiredo de Sousa – Não, mas a gente conversa, Gervásio.

Presidente – Esclarecimento quem pede é o Conselheiro à Diretoria eventualmente.

Luís Alberto Figueiredo de Sousa – Assim como você me atendeu gentilmente, eu te atendo sempre.

Paulo Roberto Antunes – ... Depois de duas apresentações dessas tenho até vergonha de fazer a minha. Antes disso, Dr. Guilherme, também estou no final do meu mandato, queria agradecer. Participei da CPPJ, dois mandatos com o Dr. Foschini, aprendi muito com ele. Agora estou na Comissão de Esportes com o Marcelo, fantástico, as duas, mas gostaria de agradecer aos funcionários do Conselho: Marcelinho, Nara, Lilian, Jorjão e, claro, a Lurdinha, que eles são realmente fantásticos. Na realidade, essa não é muito minha praia, eu conheço um pouco disso, mas o que me chamou atenção foi, que vim falar aqui, fazer essa apresentação, foi um ofício que recebi do Brazolin referente a algo que aconteceu na gestão passada, aqueles carregadores de carro elétrico que a gente pediu que acontecia. Para variar, ninguém sabia de nada e eu entrei com pedido de devolução daquele dinheiro na época. Isso foi em 2022. E me lembrei desse assunto este ano. Fui ver como que estava. Recebi um ofício do nosso Presidente, falando que não tinha aberto nenhum procedimento, mas que hoje não seria possível fazer nada, porque a partir do momento que a gente tem as contas prestadas nada pode ser feito. Então, eu resolvi vir aqui agora na prestação de contas, porque a gente tem, eram três itens, hoje se passaram para dois. Dois itens que realmente ainda não consegui ter acesso aos documentos. (Projeção de slides) Então, esse Ofício que recebi do Brazolin, nº 185/2024, na última linha ele fala: “Mencionado ter ocorrido em exercício passado com as devidas prestações de contas realizadas e aprovadas pelo Conselho.” Ou seja, a gente não pode fazer mais nada sobre o que aconteceu no passado. Pode passar. Estou

levantando os assuntos do campo B. Infelizmente no campo B eu não consigo resposta, não consigo. Lá no slide abaixo tem todas as conversas que eu fiz com o Patrimônio. Fui ao Patrimônio, tentei ver as coisas que eu preciso ver para saber o que está acontecendo. Conversamos com o Brazolin na semana passada, acho que foi quinta-feira. Falei o que estava acontecendo. Mas para deixar claro a vocês, o que me deixa muito, que acho muito estranho. O campo B nós tivemos o pedido da grama sendo FIFA. A partir do momento que pede um campo FIFA você está na medida oficial, está tudo certinho. Mas nós criamos alguns critérios para compra desse campo. Esse documento foi tirado do resumo que está dentro de um procedimento que o Luís pediu e que as Comissões de Esportes, Finanças e Obras estavam respondendo. Então, nós temos alguns critérios que foram dados para essa compra que fizeram com que a empresa mais cara passasse para o 1º lugar. Então, são critérios, estão marcados ali – Se alguém precisar, depois também posso, a maioria de vocês já recebeu também, eu posso mandar pelo WhatsApp – que são: A empresa que tiver campos nas dimensões oficiais recebe X pontos. Nosso campo não tem dimensão oficial. A empresa que tiver campos onde profissionais joga recebem X pontos. A empresa que entregar no prazo ganha X pontos. Nós ficamos dois anos, um ano e pouco fazendo a Comissão para chegar correndo para aprovar. Então, nos quadros seguintes, Jorge, por favor. Vocês vão ver que foi criada uma fórmula onde o preço vale 45% da fórmula. Esses critérios criados valem outros 45 e o prazo vale 10%. Pode passar, Jorge. Então, nesse quadro a gente vê campos que estão em execução, lá no primeiro. Então, quer dizer, a primeira empresa tinha 4 campos; a segunda tinha 13; a terceira tinha 6; 25; 55, a última fez 100 pontos. E assim, os demais quadros que estão nessa apresentação vocês vão vendo os critérios que foram adotados para que se definisse algo que não faz sentido, porque nós pedimos grama FIFA. Pode passar os quadros, Jorge. Aí estão todos detalhados, eu posso encaminhar a vocês pelo WhatsApp para entenderem. Então, a gente tinha – Põe naquele do preço, por favor, Jorge. Acho que é quase o último, tem a setinha. Isso – Então, a gente tinha FLEXIGRASS, que é a que fez o campo A, com R\$2.621.000,00, LGB, R\$4.200.000,00, LISONDA, R\$3.900.000,00, RECOMA, R\$5.000.000,00, SOCCER, R\$3.000.000,00. Aí a partir do momento que você aplicou todos os critérios, o último passou, a SOCCER passou para primeiro. Então, o que entendo é que enquanto isso não for devidamente explicado, apurado, eu não sei o nome jurídico que pode se dar para isso, esse item não pode ser aprovado. Porque se ele for aprovado, conforme o ofício do Brazolin, a gente não pode falar mais nada. Então, meu primeiro pedido de hoje – Pode passar, Jorge. Pode passar mais um – Aí têm todas as conversas que tive no Patrimônio. Fui lá. Voltei. Não mostravam. Vou chamar você. Não chama. Brazolin falou que iria receber. Não recebe. Liguei para o Danilo. Vai, não vai. Vai, não vai. E não vai. Está desse jeito. Então, têm todas as trocas do negócio. Então, meu primeiro pedido para esse

item, é que esse item, sendo possível, tem de ser retirado da prestação de contas até que seja devidamente explicado. Pode passar, Jorge. Pode passar. Aí nós vamos entrar nesse. Gastos via DL do item Decoração sempre com a Empresa MB Cenografia. A gente conseguiu levantar, no primeiro quadro, 2017, total da nossa festa do Conselho era R\$143.551,66. O item decoração, R\$24.856,00. Em 2019, foi R\$125.614,58. O item decoração foi R\$28.250,00. Em 2020 foi R\$122.451,79. O item decoração foi R\$30.000,00. Em 2022, R\$356.777,31. O item decoração, R\$178.950,00. Em 2023, R\$402.772,37. O item decoração foi R\$184.409,00. No mesmo sentido, na posse do Brazolin, que não tem nada a ver com o Brazolin, somente para fazer um comparativo, foi tudo no Salão de Festas: O Réveillon de 2022/2023 gastou-se R\$72.500,00 para atender 425 sócios, 403 convidados, foram 12 cortesias, 14 crianças, um total de 854. 2023 para 2024, no item decoração foi R\$72.900,00 no mesmo Salão de Festas. Atendeu 491 sócios, 366 convidados, 40 cortesias, 11 crianças. Total 908 pessoas. Na posse nós gastamos em decoração R\$367.331,94. Número de convidados, sócio, solicitado em fevereiro e até hoje não tenho. Próximo slide. Está aí o meu pedido e também não tem. Então, o meu segundo pedido é que esse item também seja retirado da prestação de contas até que seja apurado o que será feito, porque se passar, depois a gente não faz mais nada. Próximo, Jorge. O item Panettone, queria até agradecer a Diretoria. A gente estava atrás disso, é lamentável, a ação é muito ruim, mas efetivamente o que estava marcado ali sem a devida comprovação – Hoje eu fui, consegui lá no Financeiro, falei com o Fabiano também. Pegamos a nota, está tudo direitinho – Foi devolvido realmente para quem vendeu o Panettone, então, a gente teve essa ação, que acho que não foi muito legal, porque queria vender o Panettone para a gente pelo dobro do preço, mas ela está dentro da sua legalidade. ... Próximo, Jorge, por favor. Aí tem um quadrinho, não vai dar para enxergar muito bem, que foi o que o Brazolin passou como que estava essa ação. Eu fui lá conferir, realmente está toda certinha. Pode passar as duas, Jorge. Para terminar, então, meu pedido, Dr. Guilherme, é que se tire, primeiro pedido, que tire os valores do campo B, que constam na página 180 senão me engano, 180 do livro. O segundo pedido, que tire os gastos com as DLs, junto com o Luís, falar que também concordo, na realidade tudo que ele falou a respeito do Conselho Fiscal, tem aquele problema que a gente sabe que está arquivado, mas que também está errado. Então, era somente isso que tinha para falar. Obrigado.

Luiz Eduardo do Amaral Cardia (aparte) – Conselheiro Paulo, você mencionou a questão que concerne ao campo de Futebol, né? Salvo melhor juízo, você que está mais por dentro do assunto, acho que a gente aprovou no Conselho Deliberativo em novembro ou dezembro do ano passado.

Paulo Roberto Antunes – Isso.

Luiz Eduardo do Amaral Cardia – O que perguntaria a você se em relação a esse tópico – Eu não achei na prestação de contas – porque salvo melhor juízo vem na próxima prestação de contas, não é isso?

Paulo Roberto Antunes – Não, tem uma parte que está na página 180, por isso que me chamou atenção, que vi na página 180 que tem uma parte dele que já está aqui nessa prestação de contas. Por isso que coloquei, senão não teria colocado, está bom? Só isso. Obrigado, Guilherme.

Presidente – Obrigado, Conselheiro Paulo Roberto Antunes.

Eduardo de Azevedo Marques Strang – ... Bom, primeiro eu gostaria de agradecer ao Gervásio, nosso Diretor Financeiro, por ter recebido o Luís Sousa e a mim nas reuniões que ele fez para esclarecer essa pequena peça que a gente recebeu. E que sem a ajuda dele alguns itens iam ficar realmente muito difíceis de a gente entender, que como o Luís pontuou, vários assuntos são circulares, a gente não consegue chegar à resposta. Bom, na reunião de prestação de contas referentes a 2022, um ano atrás, onde todos nós Conselheiros estávamos aqui presentes, foi feita uma Resolução do Conselho, aprovada por nós, destinando R\$4,1 milhões ao esporte e alguns outros gastos, que essa diferença que o Gervásio mostrou de R\$3,9 milhões, que a gente decidiu que, dado que, como foi pontuado um ano atrás, as nossas crianças não estavam tendo viagens para torneios com o recurso para ser financiado. A gente tinha pais e mães fazendo vaquinhas para conseguir viabilizar a participação em campeonatos. E com isso fizemos por bem aprovar esse recurso diretamente para uso no esporte. Pois bem, eu não achei em nenhum lugar nesse material para análise de contas onde foi usado o recurso que a gente decidiu que fosse dedicado ao esporte, o que me leva a ficar preocupado, porque dado que a nossa Resolução foi um direcionamento do uso, ele deveria vir muito bem esclarecido, para a gente não ficar tendo pensamentos que ele possa ter sido usado em outros usos, que não financiar viagens, torneios das nossas crianças, como a gente gostaria que fizesse. Um segundo ponto que eu acho que vale destacar na apresentação, que eu acho que seria importante que a gente tivesse esclarecimento de onde que foi feito esse gasto dos R\$3,9 milhões, que foi a diferença de orçamento negativo. O segundo ponto, como o Luís Sousa pontuou, a mistura que a gente em finanças chama de misturar laranja com banana e de colocar o Custeio junto com o Fundo de Investimento num mesmo slide, numa mesma tabela. Isso não fica transparente. Seria muito mais claro que a gente visse o resultado negativo dos R\$3,9 milhões e depois se mostrasse para todos que o nosso superávit no papel

está vindo do Fundo de Investimento. E que com isso os nossos bens imóveis aqui do Clube que estão se depreciando precisam de novos gastos, novos investimentos a cada ano. E se a gente não fizer esses gastos eles vão se perder. Logo, o dinheiro do Fundo de Investimento tem que ser preservado e não misturado, como a redução do capital de giro. Bom, é isso. Boa noite. Obrigado.

Rodolfo José Sanchez Serine – ... Bom, estamos a discutir a prestação de contas do exercício de 2023 e não há como discutir esse tema sem uma análise de quanto e de que forma foi gasto o dinheiro do associado. Nesse contexto, eu destaco como parte relevante as modalidades de compras realizadas pela Diretoria e dentre elas destaco as dispensas de licitação. Estou há mais de ano tratando esse tema neste Plenário e quero comunicar as Sras. e Srs. Conselheiros que meu trabalho está por ora encerrado, em razão do teor dos pareceres que recebi das Comissões Jurídica e Financeira. O parecer da Comissão Jurídica firmou entendimento nos seguintes termos: “Insta registrar que não foi trazido aos autos do presente procedimento qualquer notícia da observância das determinações dos parágrafos 1º e 2º, do Art. 66, do Regimento Interno da Diretoria, de que a dispensa de licitação nas contratações referidas nos contratos em discussão se enquadrava perfeitamente caracterizadas”. Continua: “Assim, antes de realização de qualquer contratação de obras ou serviços que possam excluir eventual disputa entre empresas concorrentes é de rigor que se apresente previamente uma justificativa técnica para restrição pretendida, sob pena de ofensa ao princípio da isonomia e da impessoalidade, preconizados na Lei nº 8.666/93 e no Art. 66, do nosso Regimento Interno da Diretoria”. E assim finaliza o parecer da dita Comissão Jurídica: “Isto posto, esta Relatoria entende *ad referendum* da digna Comissão Permanente Jurídica, parecer que é necessária uma revisão nos procedimentos de licitação do Clube para que as contratações efetuadas pelo Clube na modalidade de dispensa de licitação sejam tratadas como exceção, adotando-se para tanto de toda cautela exigida pelos parágrafos 1º e 2º, do Art. 66, do nosso Regimento Interno da Diretoria”. Ou seja, a Comissão Jurídica confirmou as irregularidades por mim apontadas, visto que não identificou nos autos nada que pudesse confirmar que as dispensas de licitação se encontravam perfeitamente caracterizadas. E se não estão perfeitamente caracterizadas é porque estão irregulares. A Comissão Financeira, olhando por outro viés, que não o jurídico, firmou entendimento em seu parecer que: “O levantamento efetuado, permito supor que haja possibilidade de revisão de critérios atualmente empregados ao enquadramento de compras em modalidades que dispensem cotação e licitação, pois as compras feitas abrindo mão desses critérios de avaliação das condições disponíveis no mercado atingem cerca de 40% das compras feitas pelo Clube. Em 2022 esse montante atingiu R\$84.000.000,00.” E continua: “Essa Comissão conclui análise do

questionamento feito pelo ilustre Conselheiro Serine, recomendando que se revise aplicação dos critérios empregados pelo Clube para dispensar licitações, pois o percentual de compras feitas nessas modalidades aproxima-se de 50%, que não é razoável”. Nesses termos, senhoras e senhores, e confirmadas as irregularidades por mim questionadas, eu tenho a sensação de dever cumprido, seja perante os associados que represento, seja em defesa da nossa amada Instituição. E finalizado, Sr. Presidente, requerendo que as recomendações feitas pela Comissão de Jovens em seu parecer sobre a prestação de contas sejam deliberadas e votadas pelo Plenário, pois considero que o relatório por ela requerido, informando quadro geral de todas as áreas, contendo separadamente o total de compras realizadas por: dispensa de licitação; Compra Direta; Licitação; Pregão Eletrônico; meios não divulgados e outros; informando os valores totais por Diretorias é imprescindível para complementar o relatório de prestação de contas de 2023. Era isso que me bastava passar às senhoras e aos senhores. Muito obrigado.

Alexandre Perrone Lomonaco - ... O que me traz aqui é muito simples, mas é algo que acho que se eu não responder não será respondido, mas é muito simples, prometo. A sempre muito atenta Comissão Financeira, nomeia em sua página 5 um item de problema na prestação de contas, que se refere ao Pilates, dizendo que: Verificamos no relatório anual a continuidade da implementação de atividade Pilates – Ou seja, reitera algo que já fizera no ano passado – essa atividade não se encontra na relação de atividades contidas no Art. 81, do Regimento Interno da Diretoria. Sua implementação, portanto, deveria ter sido precedida de aprovação pelo Conselho Deliberativo. E aqui vou dar minha opinião, que talvez ajude a Diretoria e também a Comissão Financeira. O que é o Art. 5º, na realidade nesse inciso, que é o XVII, é submeter à aprovação do Conselho Deliberativo a criação ou extinção de seções esportivas, enviando material específico, que nos casos de criação deverá conter no mínimo – E aí vem um rol protocolar. – Pois não? (Pausa) Qualquer coisa, gente, por favor, apartes. Agora, o que ocorre aqui, Membros da Comissão, é o seguinte, na realidade quando a gente fez isso, que é resultado e até por isso que tentei intervir, não foi possível na última reunião do Plano Diretor, o Art. 81 foi copiado simplesmente de todas as atividades que existiam no Clube e por isso ele é redacionado assim: Na data de aprovação do Art. 5º, são consideradas seções esportivas Atletismo, Badminton, Basquete, Beach Tennis e vai até o fim, Remo, Saltos Ornamentais, Skate, Squash, Tae Kwon Do, Tênis, Triatlo, Vôlei, Vôlei de Areia, Xadrez e as Atividades Aquafuncional, Bilhar, CAD, Capoeira, DEA, ELA e nesse rol realmente não está o Pilates. Mas a minha interpretação pessoal, por isso que digo que vim aqui muito simplesmente responder à Comissão Financeira que fez observação e por isso merece uma resposta da Diretoria ou de um Conselheiro, é, aqui, veja, as

atividades, só que o que a gente está falando sobre submeter à aprovação da Diretoria é submeter à aprovação do Conselho Deliberativo a criação ou extinção de seções esportivas, enviando material específico, que nos casos de criação deverá conter no mínimo... e aí vem o rol. O problema é que é uma atividade e não como diz a outra redação, seção esportiva. Então, com o nosso preciosismo ao fazer a redação do Art. 81, a gente pôs também as atividades que constavam, mas em nenhum momento se pretendeu que se fizesse esse protocolo. Essa é minha opinião, lógico, que todos podem ter uma opinião. Então, era simples, apenas um esclarecimento nessa questão. Obrigado pela observação sempre atenta da Comissão Financeira, porque na realidade parece que há tendência de se criar seções esportivas sem passar por esse protocolo. Então, apesar de no caso do Pilates eu pessoalmente, veja, qualquer um aqui dentro dos 200 e poucos Conselheiros podem ter uma ideia diferente, no caso do Pilates acho que não cabe a passagem. Para qualquer outra seção esportiva cabe. Vou aproveitar que tenho algum tempinho ainda. Marlon, como disse o Luís Sousa, não há um superávit para a Diretoria opinar, o que há é queima de capital de giro, que não deveria acontecer. E o que aparece lá como superávit é Fundo de Investimento, portanto, quem decide o que vai fazer com o dinheiro é o Conselho Deliberativo. Então, a Diretoria propõe, mas o Conselho é que decide, então, não faz o menor sentido de se pôr como superávit do Orçamento de Custeio tantos milhões. Esse dinheiro nem cabe à Diretoria definir o que ela vai fazer, apenas se contabiliza da forma correta, como está comprovado, mas não há esse superávit para a Diretoria tomar qualquer decisão de como gastar, quem decide é o Conselho Deliberativo em nome dos sócios. Aproveitando que ainda tenho mais uns minutinhos, achei muito interessante a questão do Beto, eu só não sei como se encaminha isso, porque numericamente nós não temos como tirar valores do orçamento, se o dinheiro foi gasto, esse é um problema. Mas a preocupação do Beto não era que os valores não foram gastos, se eu entendi bem, ele quer que o Clube seja protegido de que por a gente aprovar esses dois itens que ele colocou, a Diretoria tendo, no entender do Beto, causado algum prejuízo ao Clube, seja protegida pela Casa. E aí nós precisaríamos talvez, pelo menos para poder votar, admitindo isso, excluísse, mas deixar pendente de alguma forma essa parte da aprovação. Não o dinheiro ter sido usado, porque ele em nenhum momento falou que algum dinheiro foi desviado ou qualquer coisa, está dizendo que a forma que foi gasto ele não concorda. E a forma eu acho que nós podemos discutir. É isso, gente. Obrigado.

Vanessa Pasquini De Rose Ghilardi (aparte) – Eu gostaria de saber se a sua formação é advogado, administrador ou da área financeira.

Alexandre Perrone Lomonaco – Com qual objetivo?

Vanessa Pasquini De Rose Ghilardi – Com o objetivo de perguntar quantos arquitetos temos aqui no Conselho? Porque o senhor está fazendo um aparte ou está falando sobre a questão financeira? Nós também falamos muito sobre a questão jurídica, mas aqui no Conselho não temos espaço para falar sobre a questão arquitetônica e urbanística. Eu aqui quero me colocar que analisei a questão.

Alexandre Perrone Lomonaco – Vanessa...

Vanessa Pasquini De Rose Ghilardi – Eu gostaria de colocar uma situação oposta à reunião de Conselho do último mês, a qual foi colocado...

Presidente – Conselheira, qual é o aparte?

Vanessa Pasquini De Rose Ghilardi – O senhor acha que arquitetonicamente eu posso falar do democraticamente aqui sobre a minha opinião, porque eu não consigo expressar?

Alexandre Perrone Lomonaco – Você pode falar sua opinião a qualquer momento neste Conselho, desde que seja dentro do tema, que não é o caso. E que você se inscreva aqui na mesa e venha falar.

Vanessa Pasquini De Rose Ghilardi – Eu me inscrevi.

Alexandre Perrone Lomonaco – Não pode ser como aparte ao que estou falando.

Vanessa Pasquini De Rose Ghilardi – Eu gostaria de saber se o senhor acha que é democrática essa situação? Não é.

Alexandre Perrone Lomonaco – Não dá para a gente discutir isso neste momento.

Vanessa Pasquini De Rose Ghilardi – Não é. Eu parabenizo toda...

Alexandre Perrone Lomonaco – Vanessa, eu sou administrador de empresa.

Vanessa Pasquini De Rose Ghilardi – Parabéns. Eu quero dizer que aqui existem muitas pessoas da área financeira, da área jurídica, mas que poucas pessoas aqui têm formação de arquitetura e que a gente precisa de mais pessoas para poderem debater esses temas de uma forma construtiva.

Presidente – Conselheira, por favor.

Maria Fernanda Vaiano dos Santos (aparte) – Bem breve. Eu só fiquei com uma dúvida, acho que mais uma dúvida sobre a liturgia de aprovação ou não aprovação pelo seguinte: O Beto levantou e você concordou com aquilo que eu poderia chamar de um erro, gostaria de saber se é um erro ou não, a respeito dessa alocação do superávit do gasto, como se fosse algo que devesse ser retirado – Me corrija, Lolo, por favor, se estiver errada – deva ser retirado para que possa ser aprovado, que com isso lá dentro o relatório não poderia ser aprovado. Então, a gente teria que extirpar um pedacinho para aprovar ou rejeitar o resto e deixar esse pedacinho para ser discutido num outro momento. Isso, regimentalmente, até pergunto ao nosso Presidente, se não seria o caso então de nem levar à votação? Desculpa, a pergunta é genuína, não tem aqui nenhum intuito emulatório ou pegadinha nem nada. Desculpa, senhores. Obrigada. Você entendeu?

Alexandre Perrone Lomonaco – Tentando responder. Primeiro, não concordei com nada do que o Beto falou, o que pus é em discussão, veja, ele trouxe aqui coisas para nós pensarmos. Vamos pensar no que ele disse. O que eu disse é, e vale também para o superávit, o que eu disse é, os números estão aí, eles estão contabilmente corretos, eu não posso, a meu ver, retirar valores da prestação. Mas o que o Beto pretendia não era retirar os valores pelo que eu concluí, era se precaver de que ele não possa, por a gente ter aprovado tudo, a gente poder questionar no futuro. Se eu entendi bem, foi o que o Beto quis fazer.

Maria Fernanda Vaiano dos Santos – Uma ressalva do uso desse valor, dessa rubrica específica?

Alexandre Perrone Lomonaco – A ressalva da forma de uso. Não é nem do uso, é da forma de uso de seus valores. O que ele quer é que isso de alguma forma fique pendente para ser discutido. Foi o que eu entendi, por isso que fiz a tradução, se ele tiver uma ideia diferente pode vir aqui.

Maria Fernanda Vaiano dos Santos – Obrigada.

Alexandre Perrone Lomonaco – Quanto ao superávit, ele não existe.

Maria Fernanda Vaiano dos Santos – Obrigada, isso eu entendi.

Alexandre Perrone Lomonaco – Obrigado.

Presidente – Conselheiro Lomonaco, só me esclareça um questionamento. Com relação aos esclarecimentos que V. Sa. levantou com relação ao Pilates, esse é um esclarecimento que devo dirigir à Diretoria ou à Comissão Financeira, já que foi um apontamento feito pela Comissão Financeira?

Alexandre Perrone Lomonaco – Não, eles apontaram, colocaram em dúvida, não sei, o Presidente está nos olhando, eu não sei se precisa apontar. Nós estamos aqui falando, acho que tanto a Diretoria quanto a Comissão escutaram. Acho que não há nada a discutir, é minha opinião sobre algo questionado pela Comissão, acho que não há o que apontar.

Presidente – Muito obrigado, Conselheiro.

Alexandre Perrone Lomonaco – E a questão do Beto, talvez o Luís, que é mais sabedor desse assunto, disse que a gente pode deixar como ressalvas nesses dois itens levantados e aí isso fica pendente. Obrigado.

André Franco Montoro Filho – ... Vou voltar à questão que foi levantada pelo Luís e pelo Lolo agora, que é a respeito do superávit do exercício. Até organizei um quadro, fiz num pen drive. Trouxe aqui, mas aí fui informado que tem que entregar o pen drive com muita antecedência, às 16h. Dou aula frequentemente, participo de seminários, participo...

Presidente – Conselheiro Montoro, desculpe-me interrompê-lo.

André Franco Montoro Filho – É pendrive, colocar no computador.

Presidente – Conselheiro Montoro, esse questionamento foi feito a mim há pouco tempo pela Secretaria do Conselho e imediatamente, em benefício inclusive do Plenário, autorizei que V. Sa. se utilizasse dessa projeção, até para esclarecimento do Plenário. Se V. Sa. quiser fazer uso, está à disposição, poderá fazer, apesar do nosso rito determinar uma antecedência. Mas, dada a importância e tenho certeza que o Plenário tem o maior interesse de conhecer, eu autorizo a utilização.

André Franco Montoro Filho (utilizando projeção de slides) – Obrigado. O mesmo ponto que foi levantado pelo Luís com muito brilhantismo, que é esse quadro que dizem ser o superávit do exercício. E vocês podem ver aí claramente que o superávit que é apresentado de R\$26.810.000,00, está certo, entra – Pus em vermelho para ressaltar – esse valor, há uma entrada de R\$42 milhões que são os recursos que entraram do Investimento, que já tem, pelo nosso Estatuto,

já tem uma destinação específica, que é para investimentos. E esses investimentos, como aqui foi colocado agora mesmo, têm que ser apresentados os investimentos ao Conselho e o Conselho aprova. Então, não tem que destinar nada, já está destinado. Então, o superávit não é os R\$26 milhões, se eu tirar os R\$42 milhões eu fico com menos R\$15.396.000,00, que é o mesmo número que o Luís chegou, que é na verdade o déficit do nosso exercício, nós não conseguimos, quer dizer, esse é o resultado que está na nossa caixa, não há nenhuma falsidade aí, não há número errado, é só questão de interpretação. Levar em consideração que pelos nossos Estatutos os recursos, resultado dos Fundos de Investimento já tem determinada a sua finalidade, que é para exercício. Então, não há como haver a destinação desse resultado. Aí poderiam dizer: Não, mas tem a conta de operações gerais, que como foi colocado, grande parte é contábil só, não tem caixa, que grande parte é imobilizado, depreciação, vamos tirar isso, o déficit em lugar de ser R\$15 passa a R\$3,518, que esse é o que realmente nós gastamos a mais do que foi autorizado, base de caixa. Então, isso me leva a duas observações importantes. Primeiro, que a nossa situação financeira vista nesse ângulo não está tão rosa como foi colocado pelo Diretor, se têm aí indícios que atividades, os gastos que fazemos estão superiores aos nossos recursos, desde que nós consideremos que receita de investimento é aprovar investimento. Então, tem essa falha. Segunda coisa é que esse valor que está no Fundo de Investimento, como foi dito, são R\$92 milhões que estão no Fundo de Investimento, esse é o valor que na verdade justifica ou é a causa daquele nosso índice de liquidez ter aumentado tanto. Se está com liquidez porque se tem recurso do fundo, está certo. É bom ou ruim? É bom, melhorou o índice de liquidez, mas o dinheiro do Fundo de Investimento não é para ficar parado em caixa, não é para ter R\$92 milhões parados. Se nós tivéssemos uma situação excepcional no Clube, mas todos nós sabemos que tem uma série de investimentos que precisam ser feitos. Então, não é algo para se elogiar. Pelo contrário, é uma atenção que tem que se tomar para que a Diretoria apresse em apresentar planos de investimento, não de afogadilho, mas de acordo com as prioridades do Plano Diretor para que esse dinheiro seja gasto em benefício de todo o Clube, toda a Associação. Era isso. Só para lembrar, em termos de aprovação eu acho que não há problema de fazer aprovação com ressalvas. E aquilo que estou falando, o Luís falou também, é a questão da interpretação. Não são os números, os números estão certos, quer dizer, interpretação desses números e da situação financeira do Clube que nós temos uma visão mais pessimista e tentamos provar isso, como o Luís falou, mais realista. Muito obrigado.

Presidente – Obrigado, Conselheiro Montoro. Há um pedido de esclarecimento feito pelo Conselheiro Strang à Diretoria sobre o superávit de 2022 e se ele teve

a destinação determinada pelo Conselho. O Presidente Brazolin gostaria de fazer o esclarecimento ou indicar algum Diretor para fazer esse esclarecimento?

Gervásio Angelo Teixeira – Poderia colocar nossa apresentação?

Presidente – Claro. Por favor, Jorge, vamos projetar novamente a apresentação que foi feita pela Diretoria.

Gervásio Angelo Teixeira – É o último slide. (Projeção) - Exatamente aqui nós temos todos os valores aprovados, cada uma das atividades esportivas do Clube. Quanto tinha dentro da previsão orçamentária inicial. Quanto foi o aporte dos R\$4.142.000,00. Quanto ficou nossa PO ajustada com os R\$4 milhões, ou seja, de R\$30 com mais R\$4 milhões ficou em R\$34 milhões. Quanto foi realizado. E quanto tem aqui dos valores de diferença entre o que foi realizado em relação à PO ajustada por atividade esportiva. É basicamente isso. O que a gente vê nesses números é que apesar de termos os valores orçados para o orçamento, as atividades esportivas não efetuaram o planejamento em termos de gastos do que nós tínhamos previsto.

Eduardo de Azevedo Marques Strang (aparte) – Agradeço o detalhamento, só vale destacar que o alto rendimento recebeu uma parte dos valores e não como foi pedido um ano atrás, que os recursos fossem alocados majoritariamente para as crianças em suas viagens de jogos. Obrigado.

Presidente – Muito obrigado, Conselheiro Strang. Obrigado, Diretor Gervásio. A discussão está encerrada, já que não há mais inscritos. Antes de iniciar a votação, o Conselheiro Luís Alberto Figueiredo no seu pronunciamento pediu ajustes na proposta feita pela Diretoria e ainda, alguns esclarecimentos, como o superávit será destinado.

Luís Alberto Figueiredo de Sousa (fora do microfone) – Ajustes ao relatório da Diretoria, não da proposta.

Presidente – Perdão, ajustes ao relatório da Diretoria.

Luís Alberto Figueiredo de Sousa (fora do microfone) – Com a finalidade de ABRASCA.

Presidente – Com a finalidade ABRASCA. E com relação à destinação do superávit, como será feito...

Luís Alberto Figueiredo de Sousa (fora do microfone) – Com a proposta da Diretoria ficar ao resultado, não ao superávit.

- Manifestação de Conselheiro no plenário: Para o próximo relatório ou para esse?

Luís Alberto Figueiredo de Sousa – Sr. Presidente, perdão por ter falado fora do microfone. A ideia é que a Diretoria apresente sua proposta de destinação do resultado. Existe um resultado global que está colocado conforme os ordenamentos internos, de R\$26.000.000,00. Desses R\$26.000.000,00, como brilhantemente explicou o Professor Montoro, R\$42 milhões já são predestinados ao Fundo Especial e nós temos de tomar uma decisão. A Comissão de Finanças aponta em seu parecer que há um déficit de R\$ 3.900.000,00 no Custeio e Bares e Restaurantes, nosso Orçamento Corrente. Isso é um déficit apontado lá. Por outro lado, tem outra dimensão, que é a dimensão da recomposição de capital de giro. Na Comissão instituída pelo Dr. Manssur, em 2015, presidida pelo Fiore, desculpe repetir, foi indicado que o capital de giro deveria estar em torno de R\$14.000.000,00. Nós consumimos R\$6 milhões, estamos com R\$5 milhões, se me lembro bem de cabeça nós tínhamos R\$12, consumimos R\$6, ficamos em torno de R\$5. Então, é outro ponto que precisa ser colocado também. E por último, Sr. Presidente, na questão econômica, economicamente falando, os números mostram que em retirando do resultado de R\$26.000.000,00, R\$42, que são resultados oriundos do Fundo Especial, que já tem destinação, esse resultado tem que ir para o Fundo Especial, tem um negativo de R\$15. Como é que nós trataremos isso? Que tipo de proposta a Diretoria vai fazer para destinar esses resultados? Nós temos três coisas diferentes para serem listadas. Desculpe o Plenário se parece uma proposta complexa, mas é um tema importante que tem que ser decidido por este Plenário em cima das propostas que a Diretoria fará. Não sei, a Diretoria vai reduzir custo? A Diretoria vai aumentar uma taxa extra? A Diretoria vai fazer relocação de orçamento? A Diretoria vai solicitar que haja transferência de Fundo Especial para o Custeio? Não sei. Lembro que no passado nós já fizemos transferência do Custeio para Fundo Especial, por que então não pode se fazer o contrário? Então, alternativas de proposta tem, o que este Conselho precisa conhecer no que foi colocado por mim, quais são as propostas da Diretoria, porque o que nós não podemos fazer, Sr. Presidente, senhoras e senhores, é ignorar. Gravidez não se esconde, passa de um tempo a barriga aparece. Então, nós estamos falando que aqui, Sr. Presidente, se me permite uma figura de linguagem: Eu dou uma mesada de R\$10.000,00 para o meu filho. Ao longo do ano ele ganha R\$120.000,00.

- Manifestação de Conselheiros no plenário.

Presidente – Vamos ouvir, por favor.

Luís Alberto Figueiredo de Sousa – Nós estamos no final do mês 04. Se meu filho chega e me fala hoje: Pai, fica tranquilo, porque ainda tenho R\$50.000,00 na conta, eu vou falar para ele: Meu, você está frito, porque você tem dinheiro na conta – Isso é o resultado econômico dos R\$15 milhões – você tem dinheiro na conta, mas não é suficiente para viver. Se te dei a mesada de R\$10.000,00 por mês e você só tem R\$50, você só vai viver mais cinco meses: maio, junho, julho, agosto e setembro. Passou setembro, você vai ter que fazer alguma coisa para arrumar dinheiro, porque eu não tenho mais dinheiro para te dar. Então, quando se olha o resultado econômico, Sr. Presidente, senhoras e senhores, o que nós estamos olhando é o longo prazo. E nós não podemos negligenciar esta discussão, para que essa discussão seja embasada em critérios técnicos temos que ouvir a Diretoria e temos que ajudar a Diretoria a fazer propostas. E eventualmente, quando ela traz aqui, criticar, como foi feito, no bom sentido, para procurar alternativas e decidir em cima das propostas que ela faz. É isso, Sr. Presidente.

Presidente – Conselheiro Luís Alberto, me permita fazer uma consideração. Pelo que eu tinha entendido do vosso pronunciamento e do Conselheiro Montoro, é que a questão era de interpretação dos números. Vossa Senhoria e o Conselheiro Montoro tinham, dados os números apresentados pela Diretoria, uma interpretação. E a Diretoria apresentou outra interpretação. Portanto, o Conselho ficará hoje para deliberar se deve concordar com a interpretação dada pela Diretoria ou pela interpretação que é trazida pelos senhores em seus pronunciamentos. Pelo que eu entendi foi essa a discussão que está sendo travada, para a Diretoria houve um superávit e para o Dr. Montoro...

- O Conselheiro André Franco Montoro Filho manifesta-se fora do microfone.

Presidente – Claro. Vamos fazer na linha do que o Dr. Montoro...

Luís Alberto Figueiredo de Sousa – Desculpe, eu não escutei o que ele falou, Sr. Presidente, mas eu gostaria...

Presidente – O Conselheiro Montoro...

Luís Alberto Figueiredo de Sousa – ...eu gostaria de ponderar em cima da sua colocação.

Presidente – Pois não.

Luís Alberto Figueiredo de Sousa – São duas coisas diferentes. Uma é deliberar sobre aprovação ou rejeição das contas, em nenhum momento eu falei sobre isso. Para esclarecimento do Plenário, não é o fato de ter déficit ou superávit que se rejeita ou se aprova uma conta. O fato de se aprovar ou rejeitar uma conta é algum erro material, ok. A minha proposta que está sendo trazida aqui é que no relatório da Diretoria não existe um documento, que é importante, que é a proposição de destinação de resultados. Nós temos um resultado que precisa ser destinado. O resultado global segue os ordenamentos, porém, ao se olhar o resultado global numa Instituição como a nossa, que deveria ser próximo de zero, nós temos R\$26 milhões de superávit. Ao se olhar os R\$26 milhões de superávit, vemos que eles são oriundos do Fundo Especial, que já tem uma destinação. São destinados nesta peça que nos foi apresentada pela Diretoria, deste resultado de R\$26.000.000,00, R\$42 são destinados ao Fundo Especial.

- Manifestação de Conselheiro no plenário: Dinheiro carimbado.

Luís Alberto Figueiredo de Sousa – É dinheiro carimbado. Obrigado pela lembrança. Portanto, nós temos que lidar com essa outra dimensão. De que forma? É a Diretoria que tem que trazer essa proposta, é um ato que ele vai ter que fazer para este Conselho saber se aprova ou não. Nós temos também, por outro lado, o que apontou a Comissão de Finanças. A Comissão de Finanças coloca R\$3.900.000,00 de déficit no Orçamento Corrente. Temos que deliberar sobre isso em cima de uma proposta da Diretoria. Eu não posso fazer a proposta, quem tem que fazer a proposta é a Diretoria. Nós como Conselho temos que dizer se concordamos ou não ou sugerir algo diferente, para que possa ser avaliado. E a terceira coisa, pondero novamente, que há uma indicação muito clara e temos que parabenizar a Diretoria. Se ela traz uma transparência tão grande esses dados, que nos permite analisar, nós estamos aqui para deliberar, analisar, fazer proposições. A proposição é a seguinte, nós consumimos capital de giro e precisamos recompor. Qual é a proposta da Diretoria para isso? Ou seja, a destinação de resultados devido às peculiaridades de nossos orçamentos, precisa ser feita com este nível de detalhe. E é isso que eu trago como observação para que esta Casa delibere com soberania, sobriedade e maturidade.

Pedro Paulo Wendel Gasparini – Sr. Presidente...

Presidente – Um segundo só. Conselheiro Luís Alberto, o Art. 45, do Regimento Interno da Diretoria traz um norte.

Luís Alberto Figueiredo de Sousa – Não traz, porque ele só fala da proposta orçamentária, ele não fala da destinação de resultado na prestação de contas, desculpe, Sr. Presidente.

Presidente – Não poderia ser aplicado neste?

Luís Alberto Figueiredo de Sousa – Não pode, o senhor sabe que inclusive fiz uma proposta que disciplinaria isso e cobre essa lacuna. Nós temos uma lacuna regulatória que não diz como deve ser tratada a destinação de resultado na prestação de contas, somente na deliberação da proposta orçamentária, que é esse artigo que o senhor menciona.

Presidente – Obrigado, Conselheiro. No momento oportuno nós vamos solicitar novos esclarecimentos à Diretoria na linha que o Dr. Montoro ponderou, e muito bem. Conselheiro Gasparini, por favor.

Pedro Paulo Wendel Gasparini – Sr. Presidente, só uma questão de esclarecimento. Esse é o momento nevrálgico do Clube, de todas as associações, companhias abertas, fechadas, que é aprovação de contas. Então, nós temos de nos ater aos ritos, até deste processo de aprovação de contas. Todas as pessoas que vieram aqui falaram de uma maneira obviamente voltada aos maiores interesses do Clube, mas faltou no meu modo de ver uma posição mais firme, porque é isso que vai dirimir o rito que nós vamos ter daqui para frente no encaminhamento da votação. Então, há Conselheiros que falaram sobre a questão do campo, há Conselheiros que falaram a respeito de problemas na licitação, mas ninguém foi enfático de dizer que isto são irregularidades e que, portanto, o nosso processo de aprovação, as contas têm que ser rejeitadas ou aprovadas com algum tipo de ressalva. No que diz respeito às companhias abertas, a apresentação do Conselheiro falando da ABRASCA, foi uma das melhores apresentações que já vi neste Conselho nos últimos tempos, porque ela é muito técnica. A gente tem que louvar a contribuição do Conselheiro, mas estamos pecando no rito, porque a Diretoria já apresentou, a gestão do Clube já apresentou as contas e nós temos que aprová-las, rejeitá-las ou fazer algum tipo de ressalva. Diz a lei da sociedade que quem faz algum tipo de ressalva e nós tivemos tempo para analisar. Temos que fazer para a Diretoria e nós temos que indicar, não é a Diretoria neste momento que tem que tomar a palavra e falar sobre o que vai ou não fazer, é quem apresentou a ressalva é que coloca em votação para ver se a ressalva vai ser aprovada ou rejeitada. Porque se coloca a

Diretoria a fórceps no córner num momento em que não é o adequado. O adequado é que quem faz a ressalva. Vota a ressalva, ela é aprovada ou não, sabendo-se que uma aprovação de um relatório sem ressalva, retira da Diretoria a quitação, ela não está quitada pelo seu exercício. Então, é de uma seriedade, Dr. Manssur, este momento, e que nós temos que ter, com todo respeito e acatamento, muita sobriedade em se falar em ressalvas, em se falar em rejeição e aprovação. Portanto, o rito proposto, apesar da excelente disposição, o rito está equivocado. Quem faz a ressalva tem que apresentar para que nós votemos a ressalva. É isso.

Antonio Augusto Brant de Carvalho – Com licença, só para esclarecer um pouco mais a matéria, que eu acho que é importante. Com relação à distribuição de resultado, foi muito bem esclarecido que está havendo um problema de interpretação do nosso resultado. Então, está se colocando o resultado da depreciação como sendo um ônus de Custeio. Na verdade, isso é uma questão efetivamente de interpretação. No meu modo de ver, na minha interpretação, a depreciação representa o desgaste do nosso imobilizado. E esse desgaste será pago com quê? Com a conta de Investimento. Então, se existe em algum lugar em que a depreciação tenha que ser considerada seria na conta de Investimento, para ser interpretado como sendo uma compensação. Dessa forma, os nossos demonstrativos estão perfeitamente correto. E não há nesse caso, o resultado nosso passa a ser efetivamente a ser discutido somente o de Custeio e Restaurantes. Agora, ainda com relação à distribuição de resultado, existem somente três condições de distribuição que podem ser consideradas. Uma, é a mais lógica, que é incorporação do Patrimônio. A segunda seria distribuição aos sócios, em nosso caso não tem. E o terceiro seria constituir uma provisão para algum ônus que possa surgir, que também não existe. Então, nesse caso nos resta somente uma, que é incorporação ao Patrimônio. Obrigado.

José Manssur – Conselheiro Luís gostaria de fazer um comentário. Vou ceder, mas permanecerei aqui.

Luís Alberto Figueiredo de Sousa – No primeiro ponto, Dr. Guilherme, desculpa, vi de longe, acho que estou enxergando mal.

José Manssur – Dr. Brant de Carvalho.

Luís Alberto Figueiredo de Sousa – Antes do Dr. Brant, eu não lembro quem.

José Manssur – Dr. Pedro Gasparini.

Luís Alberto Figueiredo de Sousa – Ok. Dr. Pedro, em relação ao seu pronunciamento eu faço questão de dizer o seguinte. Não foi falado aqui sobre aprovação ou rejeição no que eu coloquei. Foi feita uma proposta em relação a como a Diretoria nos deveria apresentar a sua proposição. E aí corrigindo, se me permite, Dr. Brant, não é distribuição de resultado, é destinação do resultado, ok. Novamente, com o Dr. Manssur aqui ao meu lado. Dr. Manssur, no passado constituiu uma Comissão justamente para analisar como seria recomposto o capital de giro. Então, eventualmente, dentro dessa proposta poderia ser retomado, porque o Dr. Manssur no ofício de 2015, falou que enquanto o capital de giro não estivesse totalmente recomposto, haveria uma Comissão tomando conta desse tema para orientar o Conselho e a Diretoria. Então, é nesse sentido que eu faço essa proposta, Sr. Presidente, dando todo o poder que a Diretoria tem a ela, não querendo evadir, não querendo competir com a competência que ela tem, para que ela apresente a proposição, que é o justo de se fazer. Em relação a empresas de capital aberto, Dr. Gasparini, o rito de empresas de capital aberto funciona da seguinte forma: Um conselho avalia o relatório da Diretoria e ajusta-o antes de ir a mercado. Então, nós devemos interpretar esse excelente trabalho que a Diretoria fez como uma proposição que pode ser melhorada, porque o ambiente de deliberação é este, neste momento. O rito da nossa sociedade, da nossa Instituição é deliberar neste momento, esta é a oportunidade que a gente tem de trazer ajustes, de trazer recomendações. E nós já tivemos inclusive no rito desta Casa uma coisa muito mais forte do que isso, que foram determinações do Conselho. E quando eu fiz a sugestão de proposição tomei todo o cuidado de não exigir que essas proposições fossem como determinações do Conselho, que nós temos precedente de trabalhar dessa forma e por isso entendo que esta Casa tem que ter a soberania, inclusive de ajudar a Diretoria a melhorar o relatório, para que ele possa nos representar externamente como sendo nosso cartão de visita para fornecedores, patrocinadores e os demais. Dr. Manssur, agradeço sua gentileza.

José Manssur (pela ordem) – É uma honra. Sr. Presidente, a parte de discussão o senhor declarou encerrada, então, eu vou pedir a palavra pela ordem. E vou pedir licença para secundar o Dr. Pedro Gasparini, na observância de que ouvi com a máxima atenção a manifestação do ilustre Conselheiro Paulo Antunes da tribuna. E pelo que entendi e vi que V. Sa. anotou, S. Sa. fez de forma verbal propostas de emenda supressiva, alguns itens para que fossem retirados, correto, Presidente?

Presidente – Tratado como ressalvas.

José Manssur – Ele não falou a palavra ressalva, ele falou para retirar dois itens, campo de Futebol e outro.

Presidente – Sim.

José Manssur – Perfeito, mesmo que seja com ressalvas.

Presidente – Eu as considerei como ressalvas, até porque a peça é hígida, é uma única peça.

José Manssur – Não deixa de ser uma proposição o que ele fez.

Presidente – Sim.

José Manssur – Se V.Sa. verificar e sabe e eu sei que sabe bem, proposição é todo assunto sujeito à deliberação do Conselho. O parágrafo único estabelece, do Art. 42, que cada proposição quando for o caso de consulta, devem ser ouvidas as Comissões Processantes Permanentes. O parecer, o relatório da Diretoria passou por todas as Comissões e eu as li por inteiro nos seus respectivos pareceres o que disseram as Comissões e não vi nenhuma ressalva com relação aos pontos abordados pelo Conselheiro Antunes. Não vi. Assim, Sr. Presidente, o que pleiteara Conselheiro Antunes na Mesa sequer pode ser trazido à deliberação, porque não há manifestação e tem infringência e eu procurei ver a competência da Comissão de Obras no que concerne ao Futebol; a Financeira no que concerne a todas as demais e até a de Obras. Tirante esse aspecto, Sr. Presidente, e o Dr. Cardia fizera o aparte, presto bastante atenção, no exercício anterior cujas contas estamos a deliberar hoje, fora Dr. Pedro, consumido deste assunto que Dr. Antunes levantara, R\$1,5 milhão. Neste exercício cujas contas haverão de vir em abril do ano que vem, foram gastos R\$4 milhões. A jurisprudência pacífica que num montante de aprovação de verba de despesa de exercício findo, realizado, que extrapolam mais de R\$200, chegando a quase R\$300 milhões, este item que a míngua de não ter sido objeto de nenhuma consideração, ele fere princípios constitucionais, (ii) o da proporcionalidade e da razoabilidade, porque ele é insignificante dentro do todo. A impedir, como disse bem Dr. Pedro Gasparini, que venhamos a usar, aprovar – É minha opinião particular, com o máximo acatamento a todas as senhoras e os senhores – uma peça que deve ser levada a Ministério dos Esportes por determinação da Lei Geral do Esporte para obtenção de incentivo fiscal, com ressalva. E ressalva quer dizer restrição. Ressalva quer dizer condicionante. Ressalva quer dizer que ela não foi aprovada às inteiras, mas sim manietadas. Razão pela qual, Sr. Presidente, é muito sério, como disse Dr. Pedro Gasparini, nós, se tivermos que aprovar com ressalva, que aprovemos.

Se tivermos que reprovar, que reprovemos, mas levantar exceções, condicionantes que ferem os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade no ponto material. E no ponto formal sequer houve manifestação das Comissões a respeito, foi feita de forma verbal, sendo que o caderno distribuído foi a tempo e a hora, passível de ser objeto de uma consideração por escrito a tempo e a hora – A exemplo daquelas que o senhor distribui com prazo de 20 dias para apresentar emendas – a propiciar que as dignas Comissões se manifestassem a respeito. Pergunto eu e deixo a indagação: Como que essas ilustres Sras. Conselheiras e esses ilustres Srs. Conselheiros poderão deliberar a respeito de uma questão que possa trazer ressalva a uma peça demonstrativa de despesas por uma proposta, que recebo como emenda, feita verbalmente em Plenário, sem a oitiva das Comissões, sendo que a matéria por ele ventilada fora objeto de pareceres de todas as Comissões. E no sintético e brilhante relatório que o senhor fizera *ab initio*, não há nenhum ponto a ventilar esta matéria. Razão pela qual, na questão de ordem, que é o encaminhamento de votação, eu a entendo preliminarmente prejudicada, a teor do disposto no Art. 40, do Regimento Interno do Conselho Deliberativo. Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Presidente – Antes de decidir a questão submetida a esta Presidência eu vou consultar a Diretoria, na linha de que Dr. Montoro brilhantemente nos sugeriu, que pudesse efetivamente explicar ao Plenário com relação à destinação do superávit do resultado.

Gervásio Angelo Teixeira – Só uma clarificação. De acordo com o Regimento Interno do Clube há dois orçamentos, um Orçamento Corrente, que apresenta um resultado corrente e um Orçamento de Investimento, que apresenta um resultado de investimento, ele é separado. Novamente, são análises e visões gerenciais e não contábeis. Esse é o primeiro princípio. Em relação ao resultado, se você tem o déficit deste ano e tinha a permissão de R\$4.142.000,00 de déficit dentro da previsão orçamentária e tivemos um déficit de R\$3 milhões, sobraram R\$285.000,00. Este número foi apurado da mesma maneira que foi apurado no ano passado para chegar aos R\$4.142.000,00. Portanto, não há como a gente fazer um questionamento diferente neste ano. O resultado é R\$285.000,00 de superávit em relação ao que estava previsto na peça orçamentária corrente. E essa destinação é, como o grande mestre, Dr. Guto falou, é destinação para incorporação ao Patrimônio. Essa é a sugestão.

André Franco Montoro Filho – Posso fazer uma questão? Aqueles R\$4 milhões que foram destinados, pelo que entendi que você falou agora, era além do orçamento que tinham as receitas previstas, foram autorizados mais R\$4 milhões, que seria um déficit, coisa acima da receita.

Gervásio Angelo Teixeira – Isso.

André Franco Montoro Filho – Vocês não gastaram os R\$4...

Gervásio Angelo Teixeira – Se é déficit não é acima da receita, é acima da despesa, é diferente.

André Franco Montoro Filho – Está certo, é um déficit que foi incorporado, quer dizer, você têm as receitas de R\$100, as despesas de R\$100, como foi apresentado, aí o Conselho fala: Não, você pode entrar em déficit de R\$4, foi isso?

Gervásio Angelo Teixeira – Isso mesmo. E esse déficit de R\$4...

André Franco Montoro Filho – Então, é déficit, mas nunca foi falado que era déficit, que é superávit.

Gervásio Angelo Teixeira – O déficit de R\$4 milhões é exatamente da mesma maneira que foi calculado hoje o superávit de R\$285, ele foi o superávit do ano passado.

André Franco Montoro Filho – Não foi não.

Renata Pinheiro e Campos Guedes de Azevedo – Deixe-me somente ajudar numa explicação. O que acontece é o seguinte, no exercício anterior sobraram R\$4 milhões, só que esses R\$4 milhões não são incorporados à receita, então, na verdade a conta da despesa e da receita tem de estar em equilíbrio, só que esses R\$4 milhões não foram incorporados à receita.

André Franco Montoro Filho – Então não é receita.

Renata Pinheiro e Campos Guedes de Azevedo – Não é receita, é superávit do ano anterior, que foi incorporado ao superávit deste ano.

- Manifestação de Conselheiro no plenário: Não tinha dinheiro.

André Franco Montoro Filho – Não tinha dinheiro.

Roberto Cappellano – Dr. Guilherme, posso?

Presidente – Claro, Presidente, por favor.

Roberto Cappellano – Tentar ser mais claro para a gente ir para aprovação das contas...A conta é bem simples, o Guto falou, R\$42 milhões que entraram nos R\$26, senão dariam R\$15 milhões negativos. Óbvio que a depreciação não entra no Custeio, porque depois vai cobri-la com investimento, os R\$42. Então, todo mundo que falou aqui, o Gervásio, o Andreas vai falar daqui a pouco, todo mundo que passou, é incontroverso que no ano corrente teve um déficit de R\$3.900.000,00. Acho que ninguém aqui falou diferente disso, o Guto falou. Todo mundo está balançando a cabeça, acho que todo mundo entendeu que tiveram R\$3.900.000,00, não estou falando contabilmente. A única colocação que o Gervásio está colocando, que ele está se apropriando do exercício do ano passado, dos R\$4 milhões, para dar R\$200 mil, R\$228, R\$288, sei lá, R\$200 e alguns quebrados aí para fechar a conta. Então, vamos clarear aqui para o Plenário. O que o Luís está insistindo em falar e pedindo para falar, que esses R\$3.900.000,00, se não usar esse dinheiro, como que o Brazolin gostaria de pagar essa conta? Ah, vou usar neste ano, vou economizar, é somente isso. O X da questão é simplesmente esse resultado que teve, a destinação. Quando fala em destinação, o pessoal pensa sempre em superávit. Pode ser uma destinação negativa. Quando falar incorporar no Patrimônio é que você vai diminuir o Patrimônio, não é que vai aumentar, o pessoal pensa sempre para cima. Então, é simplesmente isso, ou vai no que a Diretoria está falando, que ela está cobrindo com dinheiro do ano passado que não se usou. Ou ela dá uma solução para poder cobrir esses R\$3.900.000,00, que pode cobrir neste ano corrente tranquilamente, que esse valor não é nada significativo. E com relação ao capital de giro é outra discussão, mas aí acho que seria uma conversa para depois, não é neste momento. É simples assim, aprova ou não aprova. Já falo que têm que aprovar as contas e simplesmente decidir sobre isso. O Andreas escreveu isso no parecer, como o Dr. Manssur falou, passou por todo mundo, a própria Diretoria não questionou isso. Então, é simples assim, tem R\$3.900.000,00, ou se paga durante este ano, que a Diretoria pode falar, usa esse dinheiro do ano passado, que é o que o Gervásio está falando. É somente isso, acho que têm essas duas hipóteses. Era isso que eu queria falar.

Andreas de Souza Fein – Sr. Presidente, eu vou na linha do que o Conselheiro Brant falou e que o Presidente Cappellano também falou, Dr. Manssur. Nós temos um déficit operacional de R\$3,9 milhões, que é do Orçamento Corrente, que foi coberto pelo superávit de 2022, gerando um superávit de R\$260 e poucos mil reais, isto se trata de uma contabilidade gerencial, aquilo que nós usamos para rodar o Clube. Quando alguém vai fazer um demonstrativo, um relatório anual tem que fazer para a empresa inteira, para a instituição inteira. A instituição, o Governo, todos aqueles *stakeholders*, aqueles interessados no Clube que o Luís mencionou, eles vão olhar uma coisa padronizada, que é o balanço patrimonial:

ativo, passivo e demonstrativo de receitas e resultados. É por isto que quando vamos fazer a demonstração do relatório anual, a demonstração contábil, o Fundo de Investimento não aparece como Fundo de Investimento. Pode ver, aparece como receita, porque de fato é uma receita de R\$42.000.000,00, apropriada como receita que gera um superávit de R\$26 milhões, que tem que ser incorporado ao Patrimônio, como o Guto falou. Nós não vamos distribuir dividendo, nós não vamos fazer uma reserva para despesas extraordinárias nem nada. Então, resumindo, Sr. Presidente, como o Presidente, foi falado aqui antes, nós podemos eventualmente discutir o capital de giro e tudo mais, eu acho que há necessidade, há indícios aqui de que nós temos oportunidade de melhoria em nossa gestão, mas isso é para o futuro, para o passado, aquilo que aconteceu em 2023 está perfeitamente registrado, dentro do que está aqui no relatório. Eu, todo mundo pode ter outra opinião, não há como apontar alguma ressalva para aquilo que está aqui. Então, eu acho, espero ter contribuído para esclarecer, já encaminho o meu voto favoravelmente à aprovação das contas.

Presidente – Obrigado, Conselheiro Fein. Queria apenas fazer duas considerações em respeito a este Plenário e em respeito às colocações feitas pelo Conselheiro Paulo Antunes...Eu estou aqui com o relatório, às fls. 155 – Conselheiro Paulo, estou fazendo uma consideração especialmente em respeito ao senhor, gostaria que o senhor me ouvisse, por favor – No relatório da Diretoria, às fls. 155 do caderno, diz lá: Reforma do campo B. Troca da grama sintética. Ele traz adições em 2023, R\$1.363.603,00 e diferentemente das outras obras que foram concluídas, a obra do campo B, pelo que depreendo do relatório, não foi ainda concluída. Portanto, a meu sentir e aí claro que vou pedir o esclarecimento à Diretoria, as contas não concluídas, não encerradas serão objeto da prestação de contas de 2024 a serem submetidas a este Plenário, quando V.Sa. poderá, é claro – Espero que V. Sa. esteja conosco em mais um mandato – poderá questionar as contas especificamente do Campo B. Então, me parece que a preocupação de V. Sa. de que esse tema pudesse vir a ser tratado em outra ocasião, me parece que estaria resolvida – E pelo acenar das cabeças da Diretoria, em especial do Presidente – me parece que estaria resolvida. Então, nesse sentido, eu encaminho esse esclarecimento ao Plenário, com a aceitação da Diretoria. E com relação, Conselheiro, especificamente aos gastos por mim autorizados, enquanto Presidente do Conselho, das reuniões e da festa do Conselho Deliberativo. Respeito a posição de V. Sa. V. Sa. tem uma visão a respeito desses gastos, eu tenho outra. Quando aqui cheguei logo me depreendi com esta questão de como fazer uma posse de um Presidente recém-eleito à altura do Esporte Clube Pinheiros. Eu entendi que naquele momento, principalmente porque vínhamos de uma pandemia e não tivemos uma cerimônia de posse, que nós déssemos ao associado e à associada uma festa à

altura do Esporte Clube Pinheiros, porque eu tenho certeza que V. Sa. e todos os Conselheiros aqui presentes querem dar ao Esporte Clube Pinheiros o melhor. E essa foi a intenção do Presidente do Conselho, em poder dar uma posse ao Presidente recém-eleito à altura do Esporte Clube Pinheiros. A outra consideração que gostaria de fazer e aí, claro, nós aqui enquanto Presidente do Conselho estamos todo dia sendo questionados, e ainda bem que temos Conselheiros como o senhor, que nos questionam, que nos demandam, mas especificamente com relação às festas do Conselho, eu entendi que nós também precisávamos de, eu não vou dizer uma mínima retribuição, mas uma retribuição à altura do trabalho que os senhores e as senhoras dedicam ao Esporte Clube Pinheiros. Sinceramente, Dr. Paulo, entendo a posição do senhor, diferentemente dos outros anos, de fato as despesas foram menores. Claro que cada Presidente aqui, eu não sou melhor de nenhum outro Presidente, a minha visão é de que nós deveríamos ter uma festa que pudessem - não sei se ainda os Conselheiros e as Conselheiras têm a mesma opinião - uma festa digna, uma festa à altura deste Conselho.

- Manifestação de Conselheiro no plenário: Foi muito boa a festa, excelente.

Presidente - E aí, Conselheiro Paulo, somente para terminar minha consideração, e um pouco na linha do que o Conselheiro Serine colocou. Acho sim, Conselheiro Serine, que nós temos que nos debruçar e melhorar os nossos procedimentos licitatórios. Eu não tenho nenhum tipo de expectativa, Dr. Paulo, em dizer ao Plenário que tudo que fiz, fiz acertadamente. Posso ter erros, mas jamais erros para lesar o Esporte Clube Pinheiros. Pelo contrário, aqui eu me pautei por total transparência. O Conselheiro Paulo teve acesso aos gastos do Conselho, está franqueado a todos os Conselheiros e posso dar aqui um dado muito significativo. Nós tivemos da festa do Conselho de 2022 para a festa do Conselho de 2023 um aumento de mais de 30% da presença dos Srs. Conselheiros que nos honraram, um sinal de que gostaram de 2022 e vieram em 2023 nos prestigiar. Então, eram essas considerações que queria fazer, Conselheiro Paulo, em respeito inclusive a este Plenário.

Paulo Roberto Antunes - Na realidade ninguém está questionando se a festa foi boa, não foi, isso é fora de questão. Na realidade o que se deu é o gasto muito alto com dinheiro do associado. E uma informação que não me foi passada é a quantidade de pessoas que a gente atendeu. Então, assim, a gente vê o associado reclamando que tem que pagar para a festa, a decoração está legal, mas na festa que ele não é convidado são R\$400 paus de decoração. Então, na realidade o que faltou, que pedi desde fevereiro são as pessoas que participaram dessa festa, para a gente poder avaliar. Perfeito, a festa foi muito legal, o salão estava muito

bonito, ninguém questiona isso. Mas, assim, quantas pessoas foram? Não sei. Eu pedi em fevereiro, nós estamos em maio. Então, assim, a gente precisa ter informação, como coloquei da festa do final de ano. São tantas pessoas que foram, tantas pessoas isso. E jamais questionando a festa. Igual à última, faltou lugar para sentar, mas estava muito boa, não vamos questionar isso. Por isso que eu queria os dados da quantidade de pessoas que a gente atendeu na festa.

Presidente – Perfeito, Conselheiro. Feitas essas considerações, vou submeter então à votação o relatório da Diretoria. Vamos projetar o quesito. (Pausa) Peço perdão, Conselheira Marília. Houve um equívoco por parte da Secretaria. Foi entregue um keypad de nº 355 a ilustre Conselheiro ou Conselheira por engano. Então, precisaríamos fazer a troca do keypad 355. Pediria que todos, por favor, consultasse se está com o keypad 355, que é o keypad da Conselheira Marília e precisaríamos então destinar outro keypad para este Conselheiro. ... o Conselheiro Martinez gentilmente já identificou. ... Senhores, apenas um esclarecimento, até porque nós estamos deliberando acerca da apreciação de contas. Como os senhores tem pleno conhecimento, foram reintegrados ao Conselho alguns ilustres Diretores que participaram da gestão por ocasião do exercício de 2023, conseqüentemente estarão impedidos de votar. E por esse motivo sequer receberam o keypad. Me permitiria nominá-los. Apenas para o registro: o Presidente da Diretoria, Conselheiro Efetivo Ivan Gilberto Castaldi Filho, Diretor Adjunto de Badminton Fábio Rogério Moreira, Diretor Adjunto de Relações Esportivas Luiz Fernando Cimino Loureiro, Diretor Adjunto de Veteranos Francisco Giordano Neto, Diretor Adjunto de Tênis Jogar e Aulas Antonio Franco Salgado, Diretor Adjunto de Futebol Menor Eduardo Fanelli de Brito Vianna, Diretor Adjunto de Boliche 9 Pinos João De Martino Júnior, Diretor Adjunto de Esgrima Maurício Fanelli de Brito Vianna, Diretor Adjunto de Remo e Canoagem Ricardo da Silva Rojas, Diretora Adjunta de Vôlei Sub-19 Silvia Schuster e, por fim, a Conselheira Adjunta de Futebol Feminino Tatiana Hungria Moreno. Então, esses Conselheiros reintegrados estão impedidos, mas não receberam o keypad, portanto. Mais um esclarecimento. Nós estamos submetendo à votação o relatório da Diretoria, com as recomendações feitas pelas duntas Comissões Permanentes.

Votação (utilizando-se keypad)

Quesito: As Conselheiras e os Conselheiros aprovam o Relatório anual da Diretoria, balanço e demonstração das contas de receita e despesa do exercício de 2023, objeto do processo CD-07/2024, com as recomendações formuladas pelas Comissões Permanentes em seus pareceres?

Resultado: 110 votos SIM, 15 votos NÃO e 02 ABSTENÇÕES.

Presidente - ... Aprovado, por maioria, o Relatório anual da Diretoria, balanço e demonstração das contas de receita e despesa do exercício de 2023, objeto do processo CD-07/2023, com as recomendações formuladas pelas Comissões Permanentes em seus pareceres.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Presidente - Informou o número de Conselheiros que assinaram a lista de presença e deu por encerrados os trabalhos às 23:38 horas.

Obs.: Esta Ata foi integralmente aprovada na 758ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo, realizada no dia 27 de maio de 2024.

GUILHERME DOMINGUES DE CASTRO REIS
Presidente do Conselho Deliberativo

BERENICE GAZONI
Primeira Secretária do Conselho Deliberativo